

Universidades Lusíada

Ramos, Rui Manuel Monteiro Lopes, 1962-

Sobre o carácter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1919-1926): uma primeira abordagem

<http://hdl.handle.net/11067/5113>

Metadata

Issue Date	2003
Abstract	Uma tendência tem, talvez mais do que qualquer outra, prejudicado a interpretação histórica da Primeira República portuguesa (1910-1926): a tendência para reduzir a análise do regime a questões que se prendem com os princípios constitucionais e o desenvolvimento do país. Na prática, interpretações deste tipo consistem na aplicação à história da Primeira República do ponto de vista da sociologia política anglo-saxónica sobre o que se chamou em tempos o "problema político latino". Durante anos, os...
Keywords	Portugal - História - 1910-1974, Portugal - Política e governo - 1910-1926
Type	article
Peer Reviewed	yes
Collections	[ULL-FD] Polis, n. 09-12 (2003)

This page was automatically generated in 2020-03-05T07:18:22Z with information provided by the Repository

**Sobre o carácter revolucionário
da Primeira República portuguesa (1910-1926):
uma primeira abordagem¹**

Rui Ramos

*Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa
rui.ramos@ics.ul.pt*

¹ Uma versão diferente deste texto foi apresentada no *Seminário Internacional Élités e Poder: A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha, 1918-1931* (organizado pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, a 3-4 de Junho de 2002) e será publicada nas respectivas Actas. Agradeço aos participantes desse seminário os comentários e críticas que me permitiram esclarecer o argumento deste ensaio.

Uma tendência tem, talvez mais do que qualquer outra, prejudicado a interpretação histórica da Primeira República portuguesa (1910-1926): a tendência para reduzir a análise do regime a questões que se prendem com os princípios constitucionais e o desenvolvimento do país. Na prática, interpretações deste tipo consistem na aplicação à história da Primeira República do ponto de vista da sociologia política anglo-saxónica sobre o que se chamou em tempos o “problema político latino”. Durante anos, os sociólogos americanos lamentaram a incapacidade das repúblicas da América Latina para produzirem governos estáveis dentro de um quadro constitucional-pluralista. Tal defeito, segundo esses sociólogos, ficaria a dever-se ao excesso de partidos. Este excesso traduziria, não tanto a exuberância da participação política nessas sociedades rurais, mas antes o subdesenvolvimento das forças sociais que, nas “sociedades industriais” do ocidente, sustentavam um quadro de partidos sólidos e coerentes. Os partidos políticos expressariam apenas o faccionalismo de uma oligarquia política isolada, incapaz de chegar a compromissos sustentáveis. Por isso, estes ensaios de constitucionalismo pluralista falhavam sempre, mais tarde ou mais cedo substituídos por regimes autoritários, geralmente sob a forma de ditaduras militares.²

A Primeira República portuguesa parecia um caso em que fazia todo o sentido aplicar este modelo latino-americano. Esteve estabelecida numa sociedade que ainda não registara as mudanças estruturais provocadas pela industrialização. Continha vários partidos políticos entretidos em alianças instáveis e metamorfoses constantes. Tinha sido incapaz de criar condições para governos longos. Finalmente, acabaria, em 1926, com a inevitável ditadura militar. A tendência foi, portanto, para atribuir a “crise” da República a um desfazamento entre os “ideais” políticos republicanos e a “realidade” social portuguesa.³ De facto, a aparência “latino-americana” induz em erro acerca do verdadeiro problema político do regime. As interpretações do tipo a que aqui aludo têm reduzido os dramas do regime republicano entre 1910 e 1926 a um

² Ver uma descrição deste ponto de vista em Raymond Aron, *Essai sur les Libertés*, Paris, Hachette, 1998, p. 140.

³ Como exemplo mais qualificado deste tipo de análise “latino-americana”, ver António Costa Pinto, “Muitas crises, poucos compromissos: A Queda da Primeira República” em *Penélope*, nos. 19-20, 1998, pp. 43-70.

problema de “legitimidade”. Quer isto dizer que se têm ocupado sobretudo do problema da aceitação consensual da República pela comunidade de cidadãos. Supõe-se que essa aceitação teria sido comprometida pelo facto de o regime não se conformar plenamente com certos princípios democráticos, como o sufrágio universal. A conclusão é que a Primeira República teria falhado por não ter conseguido funcionar como uma verdadeira democracia. As razões para esse fracasso, no entanto, não são atribuídas ao regime em si, mas à sociedade, demasiado “atrasada” – rural e analfabeta – para corresponder aos nobres ideais republicanos. Por isso, os problemas da Primeira República puderam ser confundidos com os da Monarquia Constitucional, como se ambos os regimes fossem variações do mesmo sistema e padecessem do mesmo mal. Em ambos os casos, estaríamos perante “oligarquias parlamentares”, partilhando valores liberais e democráticos, mas incapazes de instituir uma verdadeira democracia.

Creio que tal análise ignora o fundamental. Uma das pistas para compreender isso está num dado que tem sido mais ou menos ignorado: para além de qualquer défice de legitimidade, o regime republicano sofria em primeiro lugar de um problema de “legalidade”: da incapacidade para assegurar que as acções do poder se processariam através da lei e nos limites da lei.⁴ No ensaio que se segue, tentarei explorar este tema e tirar as devidas consequências para uma caracterização do regime que me parece mais exacta e mais interessante do que a perspectiva “latino-americana”.

1. A especificidade histórica da Primeira República

A incapacidade de construir um quadro interpretativo que permita distinguir a Primeira República do regime que a antecedeu, a Monarquia Constitucional, constitui um dos sintomas das dificuldades da historiografia corrente. A maior parte dos historiadores tende naturalmente a partir da constituição escrita que a República adquiriu em 1911 para definir o regime.⁵ A partir da letra da constituição de 1911, a Primeira República aparece geralmente como uma unidade política moderna, continuadora do tipo de estado desenvolvido no século XIX pelos chamados “liberais”. Podemos assim caracterizar a Primeira República como um regime em que (1) uma autoridade soberana única (1) exerce o poder num território delimitado, estando todos os residentes desse território em relação directa com essa autoridade; (2) os residentes adultos do

⁴ Creio que, entre os historiadores contemporâneos, só Vasco Pulido Valente chamou a atenção para este aspecto. Ver a sua *A República Velha (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997, pp. 14-15.

⁵ Ver e.g. Amadeu Carvalho Homem, “Constituição de 1911: Programa de uma Burguesia Livre-Pensadora” em *História*, no. 43, Março de 2002, pp. 32-37.

território beneficiam do estatuto de “cidadão”⁶; (3) a autoridade soberana está dividida em vários órgãos funcionalmente separados; (4) o exercício da autoridade administrativa compete a funcionários públicos.

Na década de 1920, aliás, os extremistas de direita e esquerda – nomeadamente Integralistas Lusitanos e Anarquistas – que combateram o regime republicano fizeram-no porque, para eles, a república representava exactamente o sistema “liberal” ou “burguês”: um estado onde o indivíduo era o único sujeito de direitos, o sistema político se pretendia representativo, e a propriedade privada estava consagrada na lei. Deste ponto de vista, portanto, a Primeira República não se distinguiria fundamentalmente da Monarquia Constitucional: seriam ambos estados liberais, ou “demo-liberais”, como os fascistas e os comunistas diziam na década de 1930.

Outros historiadores, no entanto, têm implícita ou explicitamente admitido diferenças, não necessariamente entre os dois regimes, mas certamente entre as correntes políticas que fundaram cada um dos dois regimes. Assim, vários estudos sobre o movimento republicano têm-lhe atribuído um projecto de transformação cultural e social do país⁷ que, na medida em que a Primeira República o tentou aplicar, parece ter marcado o regime com os problemas decorrentes da incompatibilidade entre, por um lado, o ideal da “discriminação das esferas e o respeito das formas”, que supostamente caracterizara a política liberal da Monarquia, e do qual decorreria o “respeito pelos direitos individuais, liberdades pessoais, e procedimentos constitucionais”, e, por outro lado, o ideal do “domínio prometeico sobre a natureza e a própria sociedade”, consubstanciado no projecto republicano de transformação sócio-cultural.⁸

Esta observação parece abrir a possibilidade de tentar caracterizar especificamente a república através do contraste, corrente na filosofia política

⁶ O estatuto de cidadania implicaria geralmente o seguinte: a sujeição dos “cidadãos” apenas a decisões da autoridade resultantes de um processo legal (império da lei ou regra do direito); o reconhecimento pela autoridade de que os “cidadãos” são sujeitos de direitos, nomeadamente o direito à propriedade privada e à autonomia contratual; a capacidade dos “cidadãos”, enquanto membros de um corpo soberano chamado “nação, para participarem nos negócios públicos, nomeadamente através da eleição dos órgãos de soberania.

⁷ Ver e.g. Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 349-374; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991; Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal: o Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989; Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva, 1990.

⁸ Utilizo expressões de Raymond Aron, *Essai sur les Libertés* [1965], Paris, Hachette, 1998, pp. 68-69.

académica desde a década de 1980, entre “liberais” e “comunitaristas”.⁹ Em geral, os adeptos das análises políticas assentes nesta distinção têm chamado “republicanos” a uma espécie dos “comunitaristas”. Enquanto projecto “comunitarista”, o republicanismo faria sentido a partir de uma concepção da sociedade como uma comunidade moral, definida pela busca de um bem comum. Os republicanos estariam assim em contradição com os “liberais”, para quem a sociedade não passaria de uma colecção de indivíduos moralmente independentes uns dos outros, ao ponto de estes indivíduos serem portadores de diferentes e contraditórias concepções do bem. Enquanto os liberais tenderiam a enfatizar o conceito de estado de direito, na medida em que remete para a autonomia do indivíduo frente ao poder, os republicanos dariam maior importância à participação na vida pública. Assim, a oposição entre o liberalismo e o republicanismo consistiria na oposição entre a definição do cidadão do ponto de vista dos direitos e a definição do cidadão do ponto de vista dos deveres (virtude cívica).¹⁰ Outra maneira de conceber esta oposição remete para a famosa distinção entre os “dois conceitos de liberdade”. O liberalismo seria caracterizado por um conceito “negativo” de liberdade, e o republicanismo por um conceito “positivo”. A “liberdade negativa” assentaria, fundamentalmente, no reconhecimento de uma área onde o indivíduo estaria isento de interferências do poder político. A “liberdade positiva” seria, pelo contrário, definida a partir da capacidade dos indivíduos para se governarem a si próprios, e politicamente traduzida como o direito de serem reconhecidos como membros de pleno direito da comunidade soberana.¹¹ Os republicanos, deste ponto de vista, representariam portanto uma ruptura com o estado liberal. Poder-se-ia mesmo argumentar que a Primeira República assinalaria mesmo a assunção daquele género de concepções programáticas do estado que viria também a caracterizar o regime corporativista e nacionalista do Estado Novo.

⁹ Ver e.g. Stephen Mulhall e Adam Swift, *Liberals and Communitarians*, Oxford, Blackwell, 1995.

¹⁰ Ver e.g. Gomes Canotilho, *Estado de Direito*, Lisboa, Gradiva-Fundação Mário Soares, 1999, pp. 7-8; António Reis, “Os Valores Republicanos Ontem e Hoje” in António Reis (ed.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 11-29, especialmente pp. 13-14. Ver tb. Adam Seligman, “Animadversions upon Civil Society and Civic Virtue in the last Decade of the Twentieth Century” in John Hall (ed.), *Civil Society. Theory, History, Comparison*, Londres, Polity Press, 1996, p. 212; Ronald Terchek, *Republican Paradoxes and Liberal Anxieties*, Nova Iorque, Rowman and Littlefield Publishers, 1997, pp. 25-26. Para uma interpretação histórica do modelo das duas languages (republicana e jurídica), ver J.G. Pocock, *Virtue, Commerce and History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, pp. 37 e ss. Para uma visão geral, ver Ricardo Leite Pinto, “Uma Introdução ao Neo-Republicanismo” in *Análise Social*, no. 158, 2001, pp. 461-485.

¹¹ Isaiah Berlin, *Four Essays on Liberty*, Oxford, Oxford University Press, 1982, pp. 162-163.

Esta análise choca-se, no entanto, com alguns problemas. De facto, nem todos os republicanos portugueses assumiram a pretensão comunitária de tomar a sociedade como ontologicamente prioritária sobre os indivíduos. A maior parte dos republicanos passariam certamente o exame de individualismo que, segundo aqueles que gostam de opôr liberais a comunizaristas, é suposto definir os liberais.¹² Em primeiro lugar, tomavam os indivíduos independentemente de relações que eles pudessem ter estabelecido anteriormente ao processo político. Em segundo lugar, acreditavam na possibilidade de fundar a comunidade política na capacidade do indivíduo para raciocinar independentemente do contexto cultural e social e para orientar ele próprio a sua vida. Portanto, o regime expressava também aquela “concepção voluntarista da comunidade humana” que alguns consideram o fundamento da sociedade civil liberal.¹³ Entre os republicanos, estiveram, não por acaso, alguns dos praticantes mais virulentos da retórica dos direitos individuais e da legalidade constitucional.¹⁴ Mais do que isso: entre eles, surgiram também alguns dos mais irredutíveis inimigos do “estado-providência” que houve em Portugal.¹⁵

A este respeito, poder-se-ia aqui invocar, em defesa da Primeira República, os esforços do historiador Quentin Skinner para negar que o republicanismo implique necessariamente um conceito “positivo” da liberdade.¹⁶ No entanto, seria também possível argumentar que este individualismo republicano tinha apenas um sentido propedêutico, não necessariamente contraditório do sentido

¹² L.T. Hobhouse, em 1911, argumentava que, para um liberal, “society consists wholly of persons. It has no distinct personality separate from and superior to those of its members”. “Liberalism”, continuava Hobhouse, “is the belief that society can safely be founded on this self-directing power of personality”. Ver L.T. Hobhouse, *Liberalism* [1911], Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 59, 61.

¹³ Ver e.g. John Gray, *Post-Liberalism. Studies in Political Thought*, Londres, Routledge, 1996, p. 318.

¹⁴ O ritual de adesão formal ao Partido Republicano Português em 1908 consistia na leitura e assinatura da Declaração dos Direitos do Homem. Ver Francisco Lopes de Sousa Gama, carta a Afonso Costa, 23.10.1908, em Afonso Costa, *Correspondência Política*, Lisboa, Estampa, 1982, p. 360.

¹⁵ Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 417-418.

¹⁶ Skinner, por oposição tanto ao conceito liberal de liberdade negativa como ao conceito comunitário de liberdade positiva, recuperou um conceito de liberdade a que ele chamou “neo-romano”, em que o sentido da participação cívica é precisamente a defesa da autonomia individual. Ver Quentin Skinner, “The Republican Ideal of Political Liberty” in G. Bock, Q. Skinner e M. Virolli (eds.), *Machiavelli and Republicanism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 293-309; idem, *Liberty Before Liberalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998. Uma posição próxima, embora não idêntica, é a de Philippe Pettit. De um ponto de vista republicano, segundo Pettit, “freedom is not the atomistic good associated with non-interference. It can be enjoyed by individuals, at least in the real world, only so far as it can be enjoyed by the salient groups to which those individuals belong” (*Republicanism. A Theory of Freedom and Government*, Oxford, Clarendon Press, 1997, p. 125).

comunitário do republicanismo: tratar-se-ia, para os republicanos, de soltar os indivíduos das antigas tradições, mas para os unir novamente num novo contexto político. O “liberalismo” da Primeira República, neste caso, seria apenas tático, e não fundamental: um meio, e não um fim, como o livre-pensamento para o Positivismo comteano.

A questão, no entanto, não deixa de continuar a ser complicada quando confrontamos os republicanos que fizeram a Primeira República em 1910 com os chamados “liberais” que governaram o país entre 1820 e 1910 (com os interregnos de 1823-1826 e 1828-1834). Correspondiam estes “liberais” ao modelo de “liberalismo” que a filosofia política adoptou como canónico na década de 1980? Em 1859, John Stuart Mill defendeu que os limites que os “patriotas” tinham recentemente imposto aos estados monárquicos deviam também ser impostos aos estados democráticos. Para Mill, o facto de os governantes passarem a ser temporários e eleitos pela “nação”, não liquidava, ao contrário do que pretendiam muitos democratas e socialistas, o problema de determinar “a natureza e o poder que a sociedade pode legitimamente exercer sobre o indivíduo”. Esta posição de Mill veio a tornar-se a pedra de toque das definições académicas do “liberalismo” no século XX, quando liberalismo foi assimilado a um conceito de “liberdade negativa”. No entanto – e é isto que nos interessa aqui –, Mill acrescentou que este se tratava de um ponto de vista para o qual os “liberais” da Europa continental não estavam desportos.¹⁷

Ou seja, segundo o próprio Mill, o princípio *sine qua non* que os teóricos de hoje atribuem ao liberalismo não definia a maior parte dos “liberais” na Europa em meados do século XIX. E de facto, não faz sentido reduzir o projecto liberal, tal como ele se desenvolveu no século XIX, à ideia do estado como uma mera “construção jurídica”, neutral. Em Portugal, o estado liberal instaurado depois da guerra civil de 1832-1834 não foi uma simples celebração da “liberdade negativa”: Tal como já argumentei algures, os liberais do século XIX, na sua polémica contra a arregimentação católica e as instituições corporativas da monarquia tradicional, também naturalmente deram importância a tudo o que pudesse facilitar a autonomia dos indivíduos, especialmente no que diz respeito aos direitos de propriedade plena. Mas o seu objectivo nunca foi o de construir sociedades pluralistas, onde entre os indivíduos não houvesse mais nexo do que o constituído pelas relações de mercado. Os liberais aspiravam a construir em Portugal o que poderíamos chamar “um estado cívico”. Queriam que o governo pertencesse a um corpo de cidadãos, autónomos e iguais entre si, para quem a actividade política constituísse a mais alta forma de realização pessoal e também o meio de preservarem a sua autonomia individual.¹⁸ Nada disto

¹⁷ J.S. Mill, *On Liberty*, Londres, Oxford, Oxford University Press, 1991, pp. 5-8.

¹⁸ Ramos, *A Segunda Fundação*, p. 47; idem, “As Origens Ideológicas da Condenação das Descobertas e Conquistas em Alexandre Herculano e Oliveira Martins” in *Análise Social*, no. 140, 1997, pp. 113-141; idem, “Oliveira Martins e a Ética Republicana” in *Penélope*, no. 18,

deriva de uma qualquer contradição dos liberais portugueses. O próprio Isaiah Berlin reconheceu que o valor da liberdade negativa deriva de um conceito de auto-realização que está próximo da liberdade positiva.¹⁹

A governação liberal em Portugal, desde os seus inícios, denuncia claramente o que tem de ser entendido como uma intenção de transformação cultural e social da realidade portuguesa, a qual nem sempre parou no respeito pelos direitos individuais, sobretudo quando teve de enfrentar resistências.²⁰ Aliás, os republicanos, uma vez no poder depois de 1910, frequentemente recordaram esse facto quando foram acusados de ser violentos para com a Igreja Católica.²¹ De resto, só assim se pode explicar a possibilidade de conceber a época do liberalismo na Europa – segundo o fez, por exemplo, Michel Foucault – como a do reforço e disseminação dos controlos sobre as populações, não tanto através do exercício ocasional de um poder remoto e repressivo, mas através do exercício constante de um poder mais difuso e profundo, que inculcou nos indivíduos certos hábitos de disciplina social, apresentados aliás como “libertadores”.²² Nunca, antes, teria havido tanto estado e tanta direcção da sociedade como sob a época que hoje é conhecida como a do “estado mínimo”. Os historiadores actuais do Antigo Regime estão habituados a acolher o advento do liberalismo precisamente como o do nascimento de um estado centralizado e intervencionista, onde “a sociedade passou a ser encarada como uma entidade carente de ser governada”.²³ O argumento de Tocqueville em L’Ancien Régime et la Révolution (1856) ia no mesmo sentido. Teria então a Primeira República, na medida

1998, pp. 167-187. Para uma discussão desta minha interpretação republicana da cultura política do estado liberal, ver Ricardo Leite Pinto, “Uma Introdução ao Neo-Republicanismo” in Análise Social, no. 158, 2001, pp. 477-480.

¹⁹ Berlin, Four Essays, p. lxi. Ver tb. Terchek, Republican Paradoxes and Liberal Anxieties, pp. 27-28.

²⁰ Ver e.g. Isabel Nobre Vargues, A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823), Coimbra, Minerva, 1997, e sobretudo Maria de Fátima de Sá e Melo Ferreira, Résistances Populaires au Libéralisme au Portugal (1834-1844), Thèse de Doctorat de l’Université de Paris I, 1995.

²¹ Em Abril de 1911, por exemplo, o diário O Mundo lembrava que os monárquicos constitucionais tinham sido responsáveis, na década de 1830, por violências contra a Igreja Católica tão ou mais graves do que aquelas de que os católicos agora acusavam o governo republicano. Ver “Os novos Quixotes episcopais” em O Mundo, 15.4.1911, p. 1. Nos meses seguintes, quando censurados pela perseguição aos “monárquicos”, os republicanos lembraram sempre a intolerância feroz com que a monarquia constitucional tratara os miguelistas na década de 1830, publicando até as listas de oficiais e funcionários demitidos por suspeita de miguelismo. Ver e.g. “A Monarquia Constitucional: demitidos por terem sido partidários de D. Miguel” em A Luta, 6.1.1912, p. 1.

²² Michel Foucault, “Il Faut Défendre la Société”. Cours au Collège de France. 1976, Paris, Gallimard, 1997, pp. 213 e ss.

²³ Pedro Cardim, “Centralização política e estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime” in Nação e Defesa, n. 87, 1998, p. 154.

em que continha um projecto de transformação da sociedade portuguesa, continuado de facto o estado liberal da Monarquia Constitucional e até talvez mesmo o “estado de polícia” da fase final do Antigo Regime? O culto republicano do Marquês de Pombal permitiria mesmo esta última suspeita.

2. O Movimento Republicano perante a Monarquia Constitucional.

A relação dos republicanos com o liberalismo da Monarquia Constitucional não é um problema simples, porque os republicanos nunca foram consistentes quando abordarem esse tema. Nos primeiros anos do século XX, Bernardino Machado fez vários esforços para apresentar o Partido Republicano Português (PRP) como o verdadeiro “partido liberal”.²⁴ Segundo Bernardino, o PRP constituía mesmo o único herdeiro e defensor da tradição liberal portuguesa, na medida em que, depois do que o próprio Bernardino classificava como “um período liberal e progressivo que decorreu de 1851 a 1885”, as elites governantes da Monarquia Constitucional se teriam reconvertido ao absolutismo régio.²⁵

Já noutro lugar procurei demonstrar como esta suposta conversão absolutista da monarquia liberal não passou de um mito da propaganda republicana: o rei desempenhava de facto um papel político fundamental, mas isso não violava a constituição de 1826.²⁶ Uma parte da historiografia portuguesa, porém, tanto à direita como à esquerda, perfilhou a perspectiva de Bernardino.

A tese de Bernardino parece sustentada pelo uso que alguns republicanos continuaram a dar ao termo “liberal” sob a Primeira República. Por exemplo, no movimento da “União Liberal”, fundada em Junho de 1921 por vários líderes republicanos (incluindo o então principal líder do PRP, António Maria da Silva) para combater a “reação clerical”. “Liberal” tinha aqui o sentido de ruptura com a ordem tradicional, católica e monárquica. Com efeito, essa tinha sido já uma componente importante do “liberalismo” da elite dirigente da Monarquia Constitucional. O rótulo de “liberal” abarcara todos aqueles que divergiam do tradicionalismo de que D. Miguel tinha sido símbolo e líder durante a guerra civil de 1832-1834. Quando Bernardino argumenta que os republicanos são os únicos liberais, está a reivindicar para eles o título de os únicos anti-tradicionais. Mas o liberalismo não tinha sido só isso e para alguns já não era isso na segunda metade do século XIX.

A evolução semântica na década de 1920 pode servir para assinalar a polissemia do termo “liberal”. Como se sabe, também houve um Partido Repu-

²⁴ Rui Ramos, “O Fim da República” em *Análise Social*, no. 153, 2000, p. 1063.

²⁵ Bernardino Machado, *Pela República*, Lisboa, Edição do Autor, 1910, vol. II, p. 165. Em 1922, ainda insistia: “Só nós, republicanos, somos os legítimos sucessores dos grandes liberais” (*Depois de 21 de Maio*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, vol. I, p. 292).

²⁶ Ver Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal*, Lisboa, ICS, 2001.

blicano Liberal, fundado em Outubro de 1919 por antigos militantes do Partido Republicano Evolucionista e do Partido da União Republicana. Ora, é de notar que a primeira designação escolhida para essa fusão, em Maio, tinha sido Partido Republicano Conservador. Este Partido Liberal viria a submergir no Partido Republicano Nacionalista, em 1923. Quando Francisco Cunha Leal dele se separou, escolheu o nome de União Liberal Republicana para o seu grupo, anunciado no princípio de 1926. Note-se que, enquanto no século XIX e certamente que por influência inglesa, liberal e conservador tinham sido frequentemente tomados como opostos, na política republicana da década de 1920 aparecem quase como sinónimos, adoptados indiferentemente por grupos políticos que se propunham situar-se à direita dentro da República.

Esta dimensão conservadora do “liberalismo” não era uma novidade da década de 1920. Antes de 1910 permitiu a outros republicanos discordar de Bernardino Machado e, ao contrário dele, definir o movimento republicano precisamente em oposição ao estado liberal. Foi o caso de João Chagas, um dos mais importantes, senão mesmo o mais influente jornalista republicano das décadas de 1890 e de 1900.

Em 1893-1894, ao contrário de Bernardino, Chagas fez campanha para distinguir bem entre liberais e republicanos. O objectivo de Chagas era demonstrar a inviabilidade de qualquer acordo entre os republicanos e a esquerda parlamentar da monarquia constitucional.²⁷ Para Chagas, o “liberalismo” estava identificado com a monarquia constitucional, e portanto preso à “necessidade de conciliar estas duas ambições – a dos povos sedentos de liberdade e a dos reis, ávidos de tronos”.²⁸ Esta perspectiva prolongava, na década de 1890, aquela ideia de liberalismo que vigorara entre os sectores filosoficamente mais radicais da esquerda revolucionária de meados do século XIX, e que se encontra, por exemplo, nos escritores da geração de 1870, como Oliveira Martins, Teófilo Braga ou Antero de Quental.²⁹ O “liberalismo” tinha sido, para eles, o meio-termo, o resultado, como dizia Chagas, de “contrato ou combinação”. Ora, o que os republicanos precisamente pretendiam, segundo Chagas, “não [era] uma conciliação”, como os liberais, “mas um rompimento”.

Para compreender Chagas, convem notar que a monarquia constitucional portuguesa resultara de uma guerra civil vencida pelos chamados “liberais”, os quais governaram o país sem interrupção desde 1834. A guerra civil contra os chamados miguelistas tinham levado os governos liberais a atacar e enfraquecer as instituições da antiga monarquia, como a grande nobreza e a igreja, nomeadamente através da expropriação dos seus patrimónios. Entre os liberais, sobre-

²⁷ Sobre o contexto destas elaborações de Chagas, ver Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 190-192.

²⁸ Chagas, *Na Brecha*, p. 239.

²⁹ Rui Ramos, “A Formação da Intelligentsia Portuguesa (1860-1880)” in *Análise Social*, n. 116, 1992, pp. 483-528.

tudo entre aqueles que se sentavam à esquerda no parlamento, e que por isso eram chamados a “esquerda liberal”, havia muitos a quem não repugnava a caracterização da monarquia constitucional como a “melhor das repúblicas”. O regime republicano não era então concebido simplesmente a partir da ausência de um chefe de estado dinástico, mas como um certo tipo de comunidade política, igualitária e racionalista, em que todos os homens adultos pudessem comungar no exercício colectivo da soberania. Na década de 1840, porém, uma parte dos liberais abraçou a causa da monarquia e da igreja para resistir à “revolução” democrática e socialista. Foi a época do chamado “cabralismo” (1842-1846, 1849-1851), o qual resultou, na prática, na exclusão da esquerda do governo. A partir de 1851, porém, a cena política foi dominada por uma facção da direita liberal – os chamados Regeneradores – que abandonou o princípio da “resistência” a favor do diálogo e da concessão razoável, como forma de reintegrar a esquerda revolucionária na monarquia constitucional.³⁰ Era para esta época que remetia Bernardino Machado, quando elogiava o período de 1851 a 1885.

Sob os governos que se seguiram à Regeneração, o liberalismo adquiriu um novo sentido. Mais do que uma posição dogmática, acabou então por substanciar um debate, um convívio dentro dos limites marcados pelo legalismo e garantismo. Foi neste debate que os radicais se foram deixando prender, acabando por preocupar-se, cada vez mais, em definirem a revolução de modo que ela fosse aceitável para todos os seres racionais.³¹ Ao fazer isto, a esquerda revolucionária de meados do século XIX abdicou do que poderíamos chamar direito à revolução, isto é, ao uso violento do poder para mudar a sociedade. Dentro do estado liberal, os revolucionários passaram a reivindicar reformas a partir do conceito de liberdade individual que já tinha sido invocado pelos liberais contra o chamado Antigo Regime, e que identificava a liberdade com a autonomia do indivíduo perante a autoridade. Foi nestes termos que, por exemplo, tentaram legitimar o seu combate contra a Igreja católica ou a sua campanha pela limitação das prerrogativas do rei: tratava-se, segundo eles, de consolidar a “liberdade de consciência individual” contra o dogmatismo da igreja oficial e a liberdade dos cidadãos contra a acção arbitrária do poder monárquico. Ou seja, os radicais adoptaram, para se manterem à tona da política liberal, a linguagem dos direitos individuais que, em geral, era a *lingua franca* das discussões políticas enquadradas pelo estado liberal.

A elite liberal da monarquia nunca renunciou em bloco aos seus objectivos de transformação da sociedade portuguesa, que haviam caracterizado o liberalismo no panorama político das décadas de 1820 e 1830. Mas perante as divisões políticas da sociedade portuguesa, os liberais tenderam a definir o estado por

³⁰ Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 96-102; idem, *João Franco*, pp. 87-88.

³¹ Ramos, “A Prisoner of Liberalism: The Strange Case of J.P. Oliveira Martins” in *Portuguese Studies*, vol. 16, 2000, pp. 51-81.

eles governado como um estado “nomocrático”, um estado mais definido pelas regras do que pelos fins.³² As hierarquias sociais e as tradições, representadas pela monarquia e pela igreja católica, eram respeitadas como o enquadramento, a ordem de uma sociedade, nem por isso fechada ao progresso. Ou melhor: essa mesma ordem, dirigida pelos liberais, seria ela própria a melhor via para o progresso. A concepção de uma “monarquia liberal”, em que o rei aparecia alistado ao lado do liberalismo, ilustrava esta filosofia.³³ A mudança desejada pela maioria dos liberais não seria decretada autoritariamente, mas aconteceria gradualmente, através das múltiplas iniciativas individuais possibilitadas e protegidas por um estado mais ou menos iluminado e patriótico.

Assim os liberais conseguiram, na segunda metade do século XIX, acomodar os tradicionalistas e os revolucionários dentro da mesma comunidade de debate político. Os liberais admitiram que miguelistas ou republicanos arejassem publicamente as suas opiniões anti-constitucionais, quer na imprensa, quer em comícios, quer mesmo dentro das instituições públicas. Em troca, exigiram que renunciassem ao uso de meios ilegais para atingirem os seus fins. Podia-se criticar as leis e atacar os governantes: não se devia conspirar com o exército ou incitar arruaças. Todos acabaram por traduzir as suas reivindicações – por mais diversas que fossem as suas origens ideológicas – numa linguagem comum, jurídica, assente no princípio da legalidade e do respeito pelos direitos individuais. Assim, liberais de esquerda, liberais de direita, miguelistas, e republicanos puderam sentar-se no mesmo parlamento, negociar alianças eleitorais, debater pacificamente questões importantes, e até criar entre si laços de amizade pessoal e respeito mútuo. O funeral de Fontes Pereira de Melo, em 1887, em que liberais de todos os partidos, republicanos e miguelistas se juntaram para prestar homenagem ao “grande homem”, representou o culminar desta política.³⁴

Ora, o que o PRP representava no princípio do século XX era a recusa desta cultura de ordem, compromisso e legalismo. Para os militantes do PRP, o *modus vivendi* representado pela monarquia liberal era um perigo, na medida em que consentia uma excessiva margem de manobra aos tradicionalistas e mantinha todo o processo de transformação condicionado pelo papel político do Rei e pelo estatuto da Igreja Católica Romana como igreja oficial. Os chamados republicanos não eram simplesmente aqueles que desejavam o estabelecimento de uma república em Portugal, porque muitos dos liberais também o desejavam, mas aqueles que acreditavam que só seria possível realizar a nova comunidade política através de uma ruptura violenta com o passado dinástico e católico dos portugueses. Essa ruptura poder-se-ia fazer de duas maneiras: ou através de uma propaganda sistemática, com o objectivo de converter os portu-

³² Aron, *Essai*, p. 90.

³³ Ramos, *João Franco ou o Fracasso do Reformismo Liberal*, p. 92.

³⁴ Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 100-101.

gueses aos princípios de um novo regime, ou através de um golpe de força, do qual resultasse a instauração de um governo disposto a impor alterações radicais. Ora, para efectuar estas alterações eficazmente, o poder revolucionário teria, necessariamente, de romper com a camisa-de-forças legalista que limitava a soberania no estado liberal: a divisão dos poderes, a garantia de direitos, etc. Foi o que explicou Basílio Teles em 1907.

Com efeito, a incompatibilidade entre o projecto republicano e o estado de direito foi uma preocupação dos próprios republicanos. Logo em 1907, Basílio Teles, então geralmente reconhecido como o “filósofo” do movimento republicano, explicou que a realização do programa do Partido Republicano exigia um “governo revolucionário” que só podia ter a forma de uma “ditadura”, a qual ele descrevia como um “gabinete” (conjunto de ministros) livre em relação às leis existentes, ao escrutínio de outros poderes e ao consentimento formal dos governados. A razão era simples: a república, apesar de ter como objectivo beneficiar todos, não corresponderia inicialmente senão “às aspirações de uma minoria de sectários”. Até a obra revolucionária de transformação da sociedade estar concluída, a república correria o risco de sossobrar perante a manifestação da vontade popular – ainda caracterizada por “ignorância e servilismo”. Para Teles, a ditadura republicana, mais do que um governo transitório, depois de um golpe feliz, deveria consistir em “uma situação governamental estável, de duração indeterminada”.³⁵ Ou seja, Basílio Teles revela que os republicanos tinham consciência de que, independentemente de qualquer acidente, o programa que queriam aplicar, só por ele próprio, estava destinado a criar situações excepcionais, nas quais os direitos e as garantias dos cidadãos poderiam estar comprometidos.

O que caracterizava o PRP não era tanto a concepção republicana do estado, mas o “espírito revolucionário”. Tal como o define Leszek Kolakowski, o “espírito revolucionário” remete para a crença na possibilidade de uma “salvação total do homem”. Esta salvação exigiria uma ruptura radical com a situação presente, de tal modo que entre a revolução e a manutenção do *statu quo*, não poderia haver “meio termo”.³⁶ A monarquia constitucional representava precisamente esse “meio termo” cujas vantagens os revolucionários negavam. Foi o espírito revolucionário – mais do que quaisquer reivindicações ou programa concreto – que justificou o combate do PRP contra a monarquia constitucional. De resto, o líder republicano António José de Almeida explicou isso bem: “queríamos a república simples, mas pura, singela mas nobre. O mais, tudo era secundário. Escolas, sistemas políticos, nuances governativas – coisas boas para se discutirem depois”.³⁷ Ou seja, o que interessava Almeida na República não

³⁵ Basílio Teles, As Ditaduras. O Regime Revolucionário [1907-1911], Coimbra, Atlântida, 1975, pp. 14, 25, 27.

³⁶ Leszek Kolakowski, O Espírito Revolucionário/ Marxismo: Utopia e Antiutopia, trad. de A. Baltar e M.J.B.Ribeiro, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

³⁷ Almeida, Desafronta, Coimbra, Livraria Moderna, 1896, p. 49.

era tanto a forma de governo – os tais “sistemas políticos” e “nuances governativas” — mas a própria luta para a implantar, a revolução, e por isso o regime republicano aparecia-lhe como um horizonte, uma forma simples, quase sem conteúdo, um sonho, uma simples justificação da actividade de conspiração e de insurreição, “singela e nobre”.

3. A revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.

O PRP venceu, não só porque pôde explorar as frustrações das classes médias no princípio do século XX (o momento de maior divergência entre o nível de riqueza dos portugueses e o dos outros países da Europa ocidental), mas porque a monarquia constitucional, sendo a “melhor das repúblicas”, era também um regime que tinha o maior dos problemas políticos. Os liberais sempre acharam que a capacidade cívica dependia da educação (garantia da consciência e autonomia do indivíduo). O analfabetismo da maior parte dos eleitores fez com que nunca os liberais tivessem visto as eleições como fonte de um mandato suficiente para governar. Na prática, o mandato para governar vinha do rei, o qual, pela constituição de 1826, podia nomear livremente os ministros e manter o governo no poder adiando, fechando e dissolvendo a câmara dos deputados e nomeando pares do reino. Assim, as eleições apareciam como um mecanismo de ratificação a posteriori da decisão do rei, mais um ritual simbólico e ocasião para negociações entre a elite do que o verdadeiro mecanismo de rotação no poder. Mas este sistema – que fazia da monarquia constitucional uma verdadeira monarquia, de facto e não apenas formalmente – pôs o rei no centro da vida política, precisamente quando, na segunda metade do século XIX, a cultura dinástica no estado se acabou de desvanecer e a monarquia não estava apoiada por uma nobreza e uma igreja poderosas.³⁸ Esta falta de sintonia entre o papel do rei e a cultura política dominante permitiu que aquela parte da elite política que se sentia excluída do poder se habituasse a atacar e a ameaçar o rei – por exemplo, aliando-se ou votando nos candidatos por Lisboa do Partido Republicano –, de modo a pressionar o monarca no sentido de mudar de governo. Criou-se assim, no regime, uma tensão revolucionária permanente. Em 1910, os republicanos aproveitaram um dos mais acesos momentos de debate sobre o papel do rei para lançar um golpe militar em Lisboa, que acabou por resultar na fuga de D. Manuel para Inglaterra.³⁹

Nesse momento, quase ninguém defendeu a monarquia. Aquelas forças, como os católicos, que estavam interessadas em resistir ao PRP, nunca sentiram

³⁸ Sobre a situação da monarquia portuguesa na segunda metade do século XIX, ver Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 88-96.

³⁹ Sobre os acontecimentos que levaram ao golpe republicano de 1910, ver Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 291-347.

que a monarquia constitucional fosse o seu regime. Por outro lado, a esquerda liberal foi vítima do hábito de considerar que entre ela e a esquerda revolucionária só havia diferenças de método, mas não de ideais. Os liberais julgaram assim que seriam eles a mandar na República, e por isso receberam o novo regime com bastante complacência.

A complacência liberal desde cedo que foi antecipada como uma das principais ameaças à instalação de um regime novo, com uma nova classe política. Em grande medida, seria a percepção desta ameaça a determinar a natureza da Primeira República. João Chagas denunciou o perigo numa das suas Cartas Políticas, em 2 de Agosto de 1910. Estava-se ainda a dois meses da proclamação da República, o que revela como o problema de Chagas não era uma questão simplesmente prática, mas teórica: como podiam os revolucionários, uma vez vitoriosos, criar uma situação em que tivessem a garantia de serem sempre eles a predominar? Chagas começava por dizer, no seu estilo paradoxal, que enquanto “a preocupação dos republicanos é fazer a república”, “a minha é salvá-la”. Ora, para “salvar” desde já o regime que os seus correligionários ainda não tinham implantado em Portugal,

“a doutrina é esta: *a república para os republicanos*. Os republicanos é que hão-de constituir o Estado de amanhã. Só eles o poderão salvar, com o espírito de defesa das novas instituições, que só eles possuem. A república poderia ser igualmente dos monárquicos, se a monarquia não quisesse dizer – desgraça pública. Se ela não tivesse esta significação, eles seriam, talvez, cidadãos que passam a servir a pátria à sombra de uma bandeira diferente. Assim não! Assim, são autores de grandes males nacionais e não podem ter a pretensão de os reparar. A palavra república, em Portugal, anda intimamente associada a palavra justiça. O predomínio dos monárquicos, dentro da república, seria a subversão de toda a justiça. A república – esta é a minha opinião – deve ser toda de republicanos, de alto a baixo, desde os seus ministros até aos seus regedores. Toda a autoridade neste país deverá passar para as mãos deles, e enquanto assim não fôr, não haverá república”.⁴⁰

É preciso lembrar o contexto em que Chagas estabeleceu esta “doutrina” da “república para os republicanos”. No Verão de 1910, Chagas enfrentava a possibilidade de o movimento revolucionário se dividir perante o “liberalismo” anunciado pelo governo de António Teixeira de Sousa.⁴¹ Logo em Junho, mal subiu ao governo, em declarações ao diário francês Matin, Teixeira de Sousa anunciara que “sou liberal” e que “os meus amigos, todos liberais, são alvos há muitos anos, de ataques da maior violência da parte dos clericais e dos naciona-

⁴⁰ João Chagas, Cartas Políticas, Lisboa, Na Oficina Bayard, 1910, vol. V, pp. 89-90.

⁴¹ Sobre o governo Teixeira de Sousa (Junho-Outubro de 1910), ver Ramos, A Segunda Fundação, pp. 307-308.

listas". Prometeu então reformas "liberais": a criação de um senado misto, parcialmente electivo, como no tempo de Fontes; a introdução do princípio da instrução contraditória no juízo de instrução criminal; uma nova lei eleitoral; uma amnistia; e a liberdade total de propaganda – tudo para "chegar ao ponto de acalmação de que tanto necessita o país". O Mundo, um dos mais importantes diários republicanos de Lisboa, transcreveu esta entrevista e comentou que talvez Portugal estivesse perante "uma nova era, com a formação de um ministério de tendências liberais". Subentendia-se que, nestas condições, talvez os republicanos pudessem adoptar a posição proposta por Bernardino Machado e Afonso Costa em 1908, aquando da inauguração do reinado de D. Manuel II: o de um *lobby* progressivo dentro da monarquia, limitando-se a incitar e a obrigar o regime a cumprir um programa "liberal"⁴². Ora, para Chagas, este regresso dos republicanos ao "liberalismo", isto é, à acção reformista, gradual, através do jogo de pressão, crítica e apoio aos governos da monarquia, era anátema. Seria a volta ao passado, ao fontismo – à situação que ele combatia desde a década de 1890. Por isso, reagiu declarando que o liberalismo dos monárquicos nada significava. "Liberal" só tinha um sentido positivo quando usado como sinónimo de "jacobino e republicano". Em suma, quem quisesse ser verdadeiramente liberal teria de ser revolucionário. "A república tem de ser radical e socialista, ou não será coisa que se entenda".⁴³ Note-se que este radicalismo não correspondia, em Chagas, a uma verdadeira crença socialista ou anarquista. Pelo contrário. Chagas era capaz de argumentar a favor da proclamação da república de um ponto de vista muito conservador: perante a anarquia política criada pelos liberais, a república seria o meio de restabelecer a autoridade, "porque é preciso que neste país governe alguma coisa e alguém": "neste caso, a revolução intervém, como um polícia, para manter a ordem".⁴⁴

Havia algo, porém, que Chagas temia ainda mais. Não era que os republicanos permanecessem dentro da monarquia, mas que os monárquicos entrassem na república. A 5 de Setembro de 1910, um mês antes da revolução republicana, Chagas revelou o que, segundo ele, era o real objectivo de Teixeira de Sousa e dos seus ministros. Chagas suspeitava de que Teixeira de Sousa sabia que a monarquia estava perdida. A monarquia já só se sustinha encostada ao espírito clerical e aristocrata. D. Manuel nomeara Teixeira de Sousa para a chefia do governo, mas os únicos monárquicos que havia em Portugal eram os padres e os fidalgos. Ao declarar-se liberal, isto é, de esquerda, ao prometer a separação da igreja e do estado ou a limitação dos poderes do rei, Teixeira de Sousa estava a provocar os monárquicos, a aliená-los em relação ao regime, e portanto a comprometer ainda mais a sobrevivência da monarquia. Que que-

⁴² Sobre o início da chamada "monarquia nova" de D. Manuel II, ver Ramos, A Segunda Fundação, pp. 302-303.

⁴³ Chagas, Cartas Políticas, vol. V, p. 91.

⁴⁴ Chagas, Cartas Políticas, vol. V, p. 105.

riam então Teixeira de Sousa e os seus colegas de governo? “Qual pode ser, portanto, o seu plano futuro de acção? Um só – voltarem-se contra a monarquia, na hora, que não vem longe, em que ela os abandonar e envolverem-se na torrente dos acontecimentos que há-de levar Portugal todo para dentro da República”.⁴⁵ Ou seja, segundo Chagas, o projecto dos últimos ministros de D. Manuel não era defenderem a dinastia, mas obterem uma reputação de esquerda que lhes permitesse, quando o momento chegasse, reclamarem dos republicanos, também eles, o direito de governarem o novo regime.

É provável que o alarme de Chagas não fosse totalmente infundado. A ameaça a uma “República republicana” não vinha só da esquerda liberal da monarquia. Mesmo a direita conservadora, desapontada com D. Manuel II, contemplava a hipótese da república como uma porta de saída. De facto, sabemos que Jacinto Cândido da Silva, líder do Partido Nacionalista, a frente política da direita católica desde 1903, incitou os seus militantes a passarem-se para o campo republicano, num plano que expôs a várias personalidades importantes do chamado “Bloco Conservador”, o grupo de forças políticas que, à direita, se opunha ao governo de Teixeira de Sousa.⁴⁶ Ou seja, a República, no sentido de um estado sem a dinastia, parecia cada vez mais uma via para resolver o impasse em que caíra a elite política da Monarquia Constitucional. Como lembrou Carlos Malheiro Dias, em 1913, o país todo teria aderido à República em 1910, se os republicanos se tivessem proposto apenas o seguinte: “fazer uma monarquia constitucional sem rei”.⁴⁷ Ora, esta atitude de abertura à república, mas uma república continuadora do estado liberal, era um pau de dois bicos para os republicanos. Por um lado, garantia-lhes que, ao atacarem a monarquia, não iriam encontrar uma resistência obstinada, como de facto não encontraram em Outubro de 1910. Por outro lado, no entanto, a disponibilidade da antiga elite para continuar a fazer vida política num novo quadro institucional punha em causa a possibilidade de o futuro regime representar, de facto, o estabelecimento dos líderes do Partido Republicano Português como nova elite de poder.

No Verão de 1910, nos meses que antecederam a vitória dos republicanos, João Chagas estabelecera já a prioridade da política republicana: proteger-se da infiltração da antiga elite liberal. Ora, isso só podia acontecer através da recusa daquela política de compromissos e legalidade a que, na segunda metade do século XIX, se tinha dado o nome de liberalismo. Nos meses que se seguiram à instauração da República, João Chagas não deixou de lembrar a necessidade de preservar o carácter revolucionário do regime. Em Dezembro de 1910, avisava que os “monárquicos”, mantidos nos seus lugares, julgavam que a República,

⁴⁵ Chagas, *Cartas Políticas*, vol. V, pp. 161 e ss.

⁴⁶ Jacinto Cândido da Silva, *Memórias Íntimas para o meu filho (1898-1925)*, Castelo Branco, Edição de Estudos de Castelo Branco, 1963, pp. 36-37.

⁴⁷ Carlos Malheiro Dias, *Entre Precipícios (Crónicas Políticas dos últimos tempos)*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s.d. [c. 1912-1913], p. 19.

que ainda não saneara ninguém, iria ser a “pândega”. O novo governo estava a ser de uma benevolência atroz: “A república não suspendeu um jornal”, lamentava Chagas com azedume. E explicava: “A república será uma obra tanto mais forte quanto maiores e mais acintosas forem as inimizades que a cercarem”.⁴⁸ A República não podia viver com todos, porque não podia “prescindir das solidariedades ardentes” dos militantes. Ora, aquilo que Chagas chamava o “espírito legalista da revolução” tinha, até então impedido uma verdadeira política revolucionária, que demarcasse as águas.⁴⁹ Esta preocupação de Chagas era então uma preocupação geral, visível nas discussões acerca dos “adesivos”, o termo pejorativo que os republicanos começaram a usar para discriminar todos aqueles que, sem passado de militância revolucionária, se atreveram a aderir ao novo regime.⁵⁰

Tanto as inquietações de Chagas como as esperanças dos antigos liberais apagaram-se em Abril de 1911, com a Lei da Separação entre a Igreja e o Estado. Essa célebre lei não foi uma mera medida de neutralização religiosa do estado (que uma parte do clero desejava), mas uma tentativa de submeter o clero e destruir a hierarquia eclesiástica.⁵¹ Como tem sido sublinhado por outros historiadores, estava longe de ser, naquela forma e com aqueles objectivos, uma medida necessária.⁵² Não é exagero folclórico dizer que a Lei de Separação se tornou na pedra angular da República. Em 1911, a imprensa republicana recebeu a lei como o fim da tutela espiritual que Roma exercera sobre Portugal desde havia oito séculos. A Lei da Separação seria assim o verdadeiro momento da independência de Portugal, a completa assunção da soberania pelo estado, agora democrático. Como explicava o diário O Mundo, “éramos um povo livre e absoluto, senhor da nossa terra; seremos também de ora avante um povo absoluto senhor do nosso espírito”.⁵³ Ora, ninguém, à época, duvidou da natureza sectária da Lei da Separação. Simbolicamente, na véspera de decretar a Lei da Separação, Afonso Costa convocou ao seu gabinete de ministro, no Terreiro do Paço, representantes da Maçonaria e da Associação do Registo Civil para uma reunião de quatro horas, durante a qual lhes leu e explicou a lei. Uma fotografia da sessão apareceu na primeira página de O Mundo. Não houve nenhuma reunião análoga com as igrejas e as seitas religiosas.⁵⁴

⁴⁸ Chagas, Cartas Políticas, vol. V, pp. 218-219.

⁴⁹ Chagas, Cartas Políticas, vol. V, p. 223.

⁵⁰ Sobre o mito dos “adesivos” em 1911, ver Vasco Pulido Valente, O Poder e o Povo. A Revolução de 1910, Lisboa, Moraes, 1982, pp. 131-137.

⁵¹ Ramos, A Segunda Fundação, pp. 355-363; Valente, O Poder e o Povo, pp. 177-179.

⁵² Ver e.g. Hermínio Martins, Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo, Lisboa, ICS, 1998, p. 72.

⁵³ “Uma data histórica: a libertação das consciências portuguesas” em O Mundo, Lisboa, 21.4.1911, p. 1.

⁵⁴ Ver “Uma obra monumental. A Lei da Separação” em O Mundo, 20.4.1911, p. 1.

A Lei da Separação contribuiu para fazer da Primeira República, não um quadro institucional mais ou menos neutro, um conjunto de regras em obediência às quais várias forças políticas poderiam disputar o poder pacificamente, mas sobretudo um projecto de imediata transformação do país. Este projecto não era simplesmente a opinião de uma parte da elite política passada a lei, mas uma espécie de religião do estado, como tal “intangível”. Tal sectarismo serviu para duas coisas. Em primeiro lugar, impediu que os antigos políticos da monarquia constitucional pudessem ingressar no novo sistema sem terem de renegar os compromissos que tinham caracterizado a política liberal, isto é, sem se converterem ao radicalismo revolucionário. Em segundo lugar, garantiu que o governo do estado só poderia ser assegurado pela própria esquerda revolucionária representada pelo PRP. Se a República tinha que ser a revolução, só o PRP poderia exercer o poder, porque só o PRP poderia velar pela revolução. As eleições para a Assembleia Constituinte, a 28 de Maio de 1911, confirmaram essa regra: só foram aceites candidaturas de republicanos, e só venceram – graças a um sistema eleitoral forjado para o efeito – os candidatos sancionados pelo directório do PRP, na maior parte dos casos sem oposição e sem mesmo precisarem de se sujeitar a votos (só houve eleições em 22 dos 50 círculos eleitorais).⁵⁵

Em suma, a proclamação da república em Portugal em 1910 assinalou, antes de tudo o mais, a conquista do estado por um movimento revolucionário, representado pelo Partido Republicano Português, que afirmava que as liberdades só poderiam ser garantidas e aprofundadas através de uma ruptura violenta com o passado dinástico e católico do país. Foi isto, mais do que a falta de um rei, que diferenciou a república de 1910 do liberalismo vigente na última fase da monarquia constitucional. Para os republicanos, a República tinha de ser revolucionária, porque era a única maneira de eles preservarem a preeminência no governo. Mas ao ser revolucionária, a República deixara de ser “liberal” naquele sentido que o liberalismo assumira, dentro da Monarquia Constitucional, na segunda metade do século XIX: um debate político aberto a todos os que respeitassem a legalidade e pudessem falar a linguagem dos direitos individuais. O Estado republicano era um estado acima de tudo definido pelos seus fins, e portanto só aberto àqueles que provassem uma fidelidade absoluta a esses fins: os republicanos.

4. Uma democracia liberal?

Mas não será impróprio analisar a Primeira República por contraste com a Monarquia Constitucional? Ao fim e ao cabo, o projecto republicano sustentava-se precisamente pela ideia do fracasso e ultrapassagem do modelo dos liberais. Os republicanos, embora invocassem os primeiros liberais das décadas de 1820

⁵⁵ Ramos, *A Segunda Fundação*, p. 394.

e de 1830, não se viam exactamente como um partido arqueológico, mas como um partido contemporâneo, em sintonia com a Europa do seu tempo.

Os republicanos consideraram-se sempre, em Portugal, a vanguarda de uma futura democratização na Europa.⁵⁶ João Chagas, por exemplo, esperara que a revolução republicana em Portugal fosse o rastilho para a “republicanização” da Europa, o equivalente no século XX da revolução de 1830 em França, que provocou a liberalização das monarquias europeias. Durante a Grande Guerra (1914-1918), fizeram sua a causa das potências da Entente contra os Impérios Centrais, não só porque a República se propôs manter a tradição da aliança inglesa da Monarquia, mas porque sentiu como sua a causa das democracias ocidentais, conduzidas pela França e pela Inglaterra, em combate contra os estados autocráticos da Alemanha, da Áustria e da Turquia.⁵⁷ Ora, a vitória da Entente sobre os Impérios Centrais provocou de facto na Europa a vaga de democratização que Chagas tinha esperado ver seguir-se à revolução portuguesa de 1910. Do Báltico ao Mar Negro, tortulhou um tipo de regime a que se convencionou chamar “democracias liberais”.

As “democracias liberais” do período entre as duas guerras mundiais (1918-1939) corresponderam a estados com constituições inspiradas nas tradições constitucionais de Inglaterra, da Suíça, da França ou dos EUA.⁵⁸ Os seus governos pretendiam estar fundados no consentimento explícito dos governados, consentimento cujo carácter genuíno era demonstrado pelo facto de ser expresso num quadro institucional onde o indivíduo estava garantido contra o arbítrio do poder. No seu afã de construírem regimes inclusivos, estas “democracias liberais” desenvolveram ainda uma dimensão “social”, investindo no apoio do estado aos menos afortunados, o qual ficou consagrado – e foi esta a novidade – sob a forma de direitos dos cidadãos na constituição. As democracias liberais já não eram estados liberais como os do século XIX, mas estados democráticos, que no entanto mantinham as preocupações constitucionais e algumas das convenções políticas dos antigos liberais (por exemplo, a vida parlamentar). Distinguiam-se das antigas monarquias constitucionais pelo sufrágio universal masculino, frequentemente combinado com sistemas de representação proporcional, e pelo predomínio do parlamento sobre a autoridade executiva. Nos meados do século XIX, o sufrágio universal masculino tinha sido característico das repúblicas. Antes da primeira Grande Guerra, porém, o direito de sufrágio já fôra ampliado em muitos estados monárquicos. No pós-guerra, seria adoptado por quase todos os estados.⁵⁹

⁵⁶ Ver Chagas, *Cartas Políticas*, Lisboa, Oficina Bayard, 1910, vol. IV, pp. 229-230.

⁵⁷ Embora a aliança da Entente com o Império Russo estragasse um pouco esta lógica.

⁵⁸ Para um panorama das democracias liberais do pós-guerra, ver Mark Mazower, *Dark Continent*, pp. 4-8.

⁵⁹ As datas de introdução do sufrágio universal em alguns dos estados da Europa ocidental são as seguintes: Austria: 1907; Bélgica: 1919; Dinamarca: 1918; Finlândia: 1907;

A maior parte das democracias liberais de entre-as-guerras não durou muito. Quase todas acabaram sob ditaduras militares ou ditaduras fascistas – o que até hoje tem servido para alimentar as angústias de sociólogos como Juan Linz acerca da “quebra das democracias”. A sorte da Primeira República portuguesa não foi muito diferente. Mas esse destino comum, que tem servido para justificar a aplicação dos quadros interpretativos de Juan Linz,⁶⁰ oculta outro dado mais significativo: a Primeira República portuguesa nunca se encaixou muito bem no panorama das “democracias liberais”. Em 1911, a República Portuguesa era a única república na Europa sem o típico sufrágio universal. Já antes da Grande Guerra, enquanto as monarquias constitucionais europeias conheciam uma tendência para a ampliação do direito de sufrágio, a República Portuguesa – contra a corrente – havia-o restringido, como aconteceu com a lei eleitoral de 3 de Julho de 1913. Em 1921, o contraste era ainda maior: a República Portuguesa, a suposta vanguarda da democratização europeia, apareceu como o único estado da Europa Ocidental onde não vigorava o sufrágio universal masculino.

De facto, podia-se argumentar que a Primeira República portuguesa assinalou, do ponto de vista da democracia representativa, um enorme recuo da mobilização e participação política da população. Em 1908, nas penúltimas eleições gerais de deputados da monarquia constitucional, teriam votado aproximadamente 450 260 eleitores. Em 1915, nas primeiras eleições gerais de deputados da República,⁶¹ exerceram o direito de voto apenas 282 387 eleitores. Em 1919, cerca de 300 000. Nas eleições de 1921 e de 1922, subiu-se, respectivamente, aos 350 000 e aos 380 000. Em 1925, finalmente, nas últimas eleições gerais da República, votaram 407 960 cidadãos. Ou seja, a República nunca atingiu, em termos absolutos, a participação eleitoral conseguida pela monarquia constitucional antes de 1910. Em termos relativos, a evolução foi ainda mais grave: em 1908, tinham votado 32,9 % dos homens maiores de 21 anos; em 1925, apenas 14,2 %.⁶²

França: 1848; Alemanha: pela primeira vez em 1848, e novamente em 1871; Irlanda: 1918; Itália: depois de primeira extensão em 1913, 1919; Holanda: 1918; Noruega: depois de primeira extensão em 1900, 1921; Suécia: depois de primeira extensão em 1909, 1921; Suíça: 1848; Reino Unido: 1918; Espanha: pela primeira vez em 1869, e novamente em 1887. Cf. Peter Flora, *State, Economy and Society in Western Europe, 1815-1975. A Data Handbook*, Londres, Macmillan Press, 1983, vol. I.

⁶⁰ É o caso de Costa Pinto, “Muitas crises, poucos compromissos: A queda da Primeira República”, obra citada.

⁶¹ Note-se que as eleições de deputados para a assembleia constituinte em 1911 não tinham sido, de facto, gerais, já que o acto eleitoral apenas se realizara em menos de metade dos círculos.

⁶² Dados extraídos de A.H. de Oliveira Marques (ed.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, 1991, p. 422.

Restritiva em termos de direitos políticos, a Primeira República também não foi mais generosa em termos de direitos sociais. Quer ao nível do chamado “estado-providência”, quer ao nível da reforma agrária, quer ao nível da educação, houve algumas leis, mas sem consequências.⁶³ O projecto de criação de uma massa de pequenos proprietários – fundamental para a maior parte dos novos estados democráticos na Europa central e oriental e também no caso da Segunda República espanhola (1931-1939) – nunca teve grande importância para os republicanos portugueses. Manuel Brito Camacho tinha para isso uma explicação simples: em Portugal, os “problemas sociais”, como o “problema agrário”, “não surgem com violência nem exigem, já definidos, pronta solução”. A emigração para o Brasil, por exemplo, poupava os governos à necessidade de enveredar por um “regime de repartição” das terras.⁶⁴ Não nos interessa julgar aqui se tinha ou não tinha razão: o que interessa é que, mais uma vez, a Primeira República punha-se à margem das tendências das democracias liberais europeias.

5. O debate constitucional em 1911

Como explicar este aberrante isolamento da Primeira República portuguesa na Europa? O programa do PRP, com a sua inspiração suíça, apontava de facto para o modelo da “democracia liberal”. Porque é que não foi levado a cabo? Porque é que não se proclamou o sufrágio universal? De facto, os republicanos mais articulados já haviam previsto esse desenlace.

Logo em 1907, três anos antes da proclamação da República, Basílio Teles avisou os seus correligionários para o dilema que iriam necessariamente ter de enfrentar uma vez no poder: “ou sustentar a República com sacrifício do programa, ou sustentar o programa com sacrifício da República”. Ele preferia a primeira opção. Teles levantou duas questões a este respeito. A primeira, dizia respeito à adesão do povo à República imediatamente a seguir a um golpe. “O corpo eleitoral de hoje, ignaro e venal na sua grande maioria, irá subitamente instruir-e e moralizar-se pela adjunção de algumas centenas de milhares de analfabetos?” O sufrágio universal nunca poderia ser a base do regime. A segunda questão levantada por Teles era mais grave: dizia respeito à satisfação do povo com a República. Devido à sua falta de civismo, a atitude do povo para

⁶³ Miriam Halpern Pereira, “As origens do Estado-Providência em Portugal” in AAVV, A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo, Lisboa, Colibri, 1999, pp. 47-76; Vítor de Sá, “Projectos de Reforma Agrária na I República” in Análise Social, n. 77, 1983, pp. 591-610; Rui Ramos, “O Chamado Problema do Analfabetismo: As Políticas de Escolarização e a Persistência do Analfabetismo em Portugal (séculos XIX e XX)” in Ler História, n. 35, 1998, pp. 45-70..

⁶⁴ Ver Questões Nacionais, Lisboa, Guimarães, 1937, p. 109.

com a República dependeria da capacidade do novo regime para lhe satisfazer imediatamente todas as aspirações materiais. Ora, não era provável que o regime fosse capaz disso. A médio prazo, portanto, a tendência seria para a República sofrer a mesma rejeição popular que já atormentara a Monarquia.⁶⁵

Estas preocupações estavam muito longe de ser excentricidades de um pensador isolado. Basílio Teles não era uma aberração autoritária entre os republicanos.⁶⁶ Basta examinar o debate constitucional de Julho e Agosto de 1911 para confirmar que as preocupações de Teles eram, de facto, as preocupações dominantes entre os novos donos do poder. O grande motivo de todo o processo constitucional foi a “defesa da república”, e a constituição do regime acabaria por ser conscientemente talhada de modo a favorecer esse objectivo. O sufrágio universal quase não foi discutido, excepto por aqueles que se lhe opuseram invocando a imagem dos caciques a pastorear camponeses analfabetos para irem votar contra a República.⁶⁷ O voto para as mulheres, apesar da intenção de lhes aumentar os direitos civis, foi recusado porque “as mulheres têm sido quase todas reaccionárias”.⁶⁸ Tal como Basílio Teles, também os constituintes de 1911 acharam os portugueses dotados de um temperamento messiânico, atreito à adoração de déspotas iluminados e portanto impróprio de cidadãos de uma república. Os republicanos admitiam até que o próprio movimento republicano tivesse chegado à vitória graças a esse messianismo popular, mas clamavam agora que não podiam depender desse sentimento sem negarem os princípios republicanos.⁶⁹ Ou seja, a República, para se preservar, precisava de excluir um povo sem virtude cívica, que a podia acidentalmente ter ajudado a implantar, mas que não estava em condições de a manter. A ideia de que uma autoproclamada “república democrática” sem sufrágio universal poderia constituir um paradoxo foi notada por alguns, mas não provocou excessiva inquietação geral.⁷⁰ Da mesma maneira, o projecto da redução do estado a uma federa-

⁶⁵ Teles, *As Ditaduras*, pp. 18, 24, 29.

⁶⁶ A propósito de Basílio Teles, ver Manuel Villaverde Cabral, “Basílio Teles: o nacionalismo republicano do decadentismo ao autoritarismo” in *Prelo*, no. 15, 1987, pp. 19-33.

⁶⁷ Ver e.g. o discurso de Ladislau Piçarra in *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Lisboa, 2.8.1911, p. 23.

⁶⁸ “Uma Voz” em *Diário da Assembleia*, 14.7.1911, p. 22.

⁶⁹ Ver e.g. Faustino da Fonseca, *Diário da Assembleia*, 4.8.1911, p. 17: os populares que apoiaram o PRP “lançaram-se na luta arrastados pelo aspecto messiânico da palavra mágica – República —; mas essa inconsciência é perigosa. O messianismo é triste condição dos povos bárbaros, e não nos podemos governar à marroquina”.

⁷⁰ O general Dantas Baracho, velho abencerragem da esquerda liberal, foi dos poucos a insistir: “Uma República Democrática que não tenha por base o sufrágio universal não é evidentemente democrática” (*Diário da Assembleia*, 3.8.1911, p. 19). Em 1913, a República aderiu a um regime capacitário que reduziu o eleitorado à proporção mais baixa da população de homens adultos desde a década de 1860. Assim se manteve até 1926, excepto sob Sidónio Pais em 1918. Acerca do regime eleitoral durante a Primeira República, ver António Pedro Ribeiro

ção de municípios ficou comprometido pelo medo de ver as novas autarquias transformadas em fortalezas do “caciquismo monárquico”.⁷¹

A necessidade de adaptar uma constituição que se queria “acentuadamente democrática e liberal” às “condições especiais do país”⁷² não levou apenas à redução da democracia.⁷³ Implicou também uma interpretação restritiva dos direitos individuais consagrados na constituição. Foi com o regime republicano, em 1911, que se refinou em Portugal um truque – depois também aplicado pelo Estado Novo, mas cujo desenvolvimento pertence aos republicanos –, de proclamar direitos na lei constitucional, reservando o regulamento do seu exercício para leis especiais, que depois os limitavam.⁷⁴ Afonso Costa propôs mesmo que “as garantias individuais” – como a instrução contraditória ou o *habeas corpus* – não deveriam ficar consagradas na constituição, mas ir-se “estabelecendo em leis ordinárias, de harmonia com as circunstâncias da vida do povo”, por uma simples razão: “É necessário não inscrever na Constituição compromissos que possam amanhã embaraçar a República na sua defesa contra aqueles que a atacarem”. Na prática, como notou outro deputado, tratava-se de fazer com que “desapareçam da Constituição as garantias individuais”, com a consequência de que, não inscritas na Constituição, “qualquer lei ordinária as poderá inutilizar”. Mas Afonso Costa tinha um argumento para descontar esse

dos Santos, A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português, Lisboa, ISCSP, 1990, pp. 234-275; Fernando Farelo Lopes, Poder Político e Caciquismo na Primeira República, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 73-84.

⁷¹ Ver e.g. discurso de João de Freitas, Diário, 17.7.1911, p. 16. Em 1916, o Ministro dos Estrangeiros do governo de Afonso Costa também lembrou em conselho de ministros que, apesar de estar em princípio de acordo com a “autonomia administrativa” das câmaras municipais, “pode dar em alguns concelhos a posse dos municípios aos monárquicos, e ser assim motivo de embaraço”. Ver Oliveira Marques (ed.), O Segundo Governo de Afonso Costa. Actas dos Conselhos de Ministros, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974, p. 76.

⁷² Moção de ordem de Barbosa de Magalhães, Diário, 12.7.1911, p. 14.

⁷³ Note-se que este problema, que os republicanos portugueses trataram como uma questão específica (a das condições sócio-culturais portuguesas), remetia para um dilema geral das teorias democráticas no século XIX: a dificuldade de definir o “povo”, o qual, para a nova ordem política, constituiu simultaneamente um “fundamento” e uma “ameaça” (Pierre Rosanvallon, Le Peuple Introuvable. Histoire de la Représentation Démocratique en France, Paris, Gallimard, 1998, p. 33).

⁷⁴ Ver a proposta de emenda de Alexandre Braga ao artigo sobre o direito de reunião e de associação em Diário, 27.7.1911, p. 18: “O direito de reunião e associação é livre. Leis especiais determinarão a forma e condições do seu exercício”. Braga defendeu esta proposta argumentando que a “liberdade de reunião e associação só pode incluir-se na Constituição da República quando as reuniões e associações tendam a conseguir fins legais”. Por isso, “o livre exercício desse direito não pode incluir-se sem restrições dentro da Constituição”. Todavia, “não se coaduna com a natureza da lei fundamental da República o estar-se nela a disseminar, pela permenorização miúda de todas as disposições, a cautela com que se há-de realizar o exercício do direito de reunião”. Isso teria de ficar para “regulamentos” futuros.

risco: é que, enquanto na Monarquia “homens de bem podiam ser acusados de supostos delitos e sofrerem afrontas e vexames”, na República “são só acusados os criminosos – e criminosos não são verdadeiramente dignos de poderem socorrer-se de disposições constitucionais para se furtarem à sanção das suas responsabilidades”.⁷⁵ Ou seja, a garantia dos direitos era importante na monarquia, quando da falta dela podiam ser vítimas os republicanos, que por definição eram sempre “homens de bem”. Mas quando os republicanos exerciam o poder, essa garantia não era importante, porque os inimigos da República eram, por definição, sempre “criminosos”. Pela mesma lógica, Afonso Costa e outros constituintes recomendaram que o poder judicial ficasse limitado na sua independência e na sua competência como tribunal constitucional precisamente porque os magistrados não eram suficientemente republicanos para assumirem tais poderes: o que se temia aqui não era a ignorância e superstição, como no caso dos possíveis eleitores analfabetos, mas a argúcia de magistrados hostis que podiam explorar a diversidade de interpretações da lei para atacar a república.⁷⁶

A discussão constitucional sobre a extensão do sufrágio, a restrição de direitos, a supressão de garantias e a submissão do poder judicial às conveniências políticas do regime, prova que estes temas incomodavam os republicanos. Mas o movimento revolucionário, gerando um constante alarme acerca da “defesa” do regime, fornecia um ambiente em que era possível formular e institucionalizar princípios que representavam, para todos os efeitos, uma negação da democracia e uma sabotagem do estado de direito. É que os direitos individuais e a sua garantia não eram o fundamental no estado republicano. “Não foi por falta de direitos que a monarquia caiu”, lembrava um dos constituintes em 1911, o que equivalia a dizer que não tinha sido para obter mais direitos que os revolucionários tinham proclamado a República. A República existia para transformar o país: em nome e em função da revolução.⁷⁷ A revolução dependia do

⁷⁵ Ver discussão na sessão de 28 de Julho de 1911, especialmente *Diário*, pp. 15-16.

⁷⁶ Ver discurso de Afonso Costa, *Diário*, 15.8.1911, p. 15; António Macieira, *idem*, 17.8.1911, p. 4. Segundo Macieira, não se poderia permitir que “um juiz menos amorável para com o novo regime, e usando de uma interpretação sem dúvida condenável, mas até certo ponto defensável por variantes de interpretação, faça com que as grandes leis da República se vejam em cheque, por não serem consideradas constitucionais.” Por isso, Costa ameaçava: “se o poder judicial se servir da vara da justiça em favor dos que querem a morte do país, não haverá hesitação em arrancar das suas mãos as armas de que se servir. Esses juízes serão não só julgados como castigados”. Note-se que logo em 1910, os juízes que se atreveram a despronunciar João Franco foram imediatamente expulsos do Tribunal da Relação de Lisboa e deportados para o ultramar sob a forma de transferência para Goa por decreto do Governo Provisório da República de 21.12.1910, onde se acusava os magistrados de se terem “insurgido abertamente contra alguns princípios essenciais da República Portuguesa”.

⁷⁷ Por isso, em 1911, os republicanos puderam insinuar que a reivindicação de eleições imediatas, de respeito pela liberdade e legalidade, antes da “indispensável obra de refor-

zelo republicano das autoridades e dos cidadãos. O perigo para a República não estava, portanto, na falta de direitos individuais, mas na “falta de cumprimentos dos deveres”. Aquilo que definia o cidadão republicano não era os seus direitos, mas a sua virtude cívica: “que os cidadãos livres tenham sempre a noção positiva de que é pelos seus deveres que cooperam na obra nacional e em favor da humanidade”.⁷⁸ É verdade que tal teoria pode fazer lembrar a definição do republicanismo como um comunitarismo: mas não era a natureza comunitária do republicanismo português em 1911 que permitia semelhante linguagem: era o seu “espírito revolucionário”.

6. A República e a sua *constituição não-escrita*.

Os avisos de Basílio Teles em 1907, as preocupações de João Chagas em 1910 e o debate constitucional entre todos os republicanos em 1911 apontam todos para a necessidade de rever os métodos de análise político-institucional da Primeira República. A regra, de acordo com a rotina da História das Constituições, é ficar pela letra do texto constitucional, marcando-lhe as “filiações” e deduzindo dele as supostas “intenções” do legislador. Tal tipo de análise parece nitidamente insuficiente quando, em vez do produto final, se considera também o processo que levou a esse produto, e depois a própria vida política que a constituição deveria vincular. Por tudo isso, talvez conviesse, na análise política da Primeira República, introduzir o conceito de *constituição não-escrita*. A República, para além da constituição escrita, tinha uma constituição não escrita no sentido em que havia princípios que não estavam inscritos na constituição escrita, mas que permeavam e condicionavam toda a vida política. Creio que poderíamos considerar três dos *artigos* dessa outra *constituição*:

1. O estado era reserva dos republicanos.
2. Por republicanos, entendiam-se os membros do Partido Republicano Português.
3. O PRP reservava-se o direito de empregar a força para corrigir qualquer situação em que não estivesse assegurada a sua presença ou influência no estado.

Vamos examinar estes três *artigos* à vez.

mação democrática do estado”, só podia significar, não um verdadeiro zelo pelos princípios electivos, pela liberdade ou pela legalidade, mas a intenção de sabotar a revolução. Veja-se o editorial “Hora Grave” em *O Mundo*, Lisboa, 14.4.1911, p. 1.

⁷⁸ Ver discurso de Eduardo de Almeida, *Diário*, 13.7.1911, p. 19.

a) *Uma república de republicanos.*

O primeiro ponto dessa constituição não-escrita é que, por todas as razões apontadas por João Chagas em 1910, só os republicanos podiam exercer o poder. Mesmo António José de Almeida, o principal advogado da política de atracção, confessava, num artigo de jornal em Maio de 1915:

“só republicanos verdadeiros podem conservar e defender a República. Sem dúvida que ela pode e deve ser servida por homens que, respeitando-lhe os princípios, honradamente a reconheçam como legítimo governo da nação. Mas quem não tiver *espírito republicano* não pode defendê-la nem ampará-la”.⁷⁹

Almeida defendia que o regime se devia abrir àqueles que, não sendo republicanos, se prestassem a servi-lo lealmente. Repare-se que não se tratava de tolerar “monárquicos” apostados em mudar o regime, mas apenas quem se lhe submetesse enquanto único “governo legítimo”. Mesmo Almeida, no entanto, admitia que para “conservar” a República, só se podia contar com aqueles que tivessem “espírito republicano”. Era aqui que os outros republicanos lhe percebiam a fraqueza da tese a favor da “atração”. Se o regime só podia ser defendido pelos “republicanos verdadeiros”, não deveria haver o cuidado de colocar estes nas posições de autoridade que lhes permitissem, caso fosse necessário, proteger o regime eficazmente. Que aconteceria se, por hipótese, o regime fosse atacado num momento em que os indivíduos encarregados da administração do estado e da defesa da ordem não fossem militantes republicanos, devotados à causa do regime, mas apenas leais servidores? Não se correria o risco de sofrer as consequências da previsível falta de espírito de combate dos tais leais servidores? Assim, contra António José de Almeida, mas precisamente por causa das razões que também ele admitia, a maioria dos republicanos concordou quase sempre em que só devia “servir” a República, quem a pudesse também “defender”. Daqui resultou o célebre dito, repetido por todos os militantes republicanos desde 1910: “Portugal é para todos, mas o estado é para os republicanos”.

Foi este, sem dúvida, o primeiro *artigo da constituição não-escrita* da Primeira República. Permeava toda a vida do regime, afectando todas as posições, das mais altas às mais humildes. Em 1920, dez anos depois da proclamação do regime, mesmo o candidato a funcionário de uma filial da Caixa Geral de Depósitos na província precisava de uma “atestado de republicano” para ter hipóteses de conseguir o lugar.⁸⁰

⁷⁹ Ver *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, Lisboa, J. Rodrigues, 1934, vol. III, p. 205.

⁸⁰ Ver Daniel Rodrigues, carta a Sousa Fernandes, 22.1.1920, em Daniel Rodrigues, *Correspondência para Sousa Fernandes*, Famalicão, Câmara Municipal, 1990, p. 87.

Ora, este ponto da *constituição não-escrita* criava uma grande tensão com o princípio do império da lei explicitado na constituição escrita. Em 1919, quando o deputado sidonista João Pinheiro protestou contra o facto de estarem a ser nomeados, para lugares em todos os níveis de ensino, “pessoas de suspeita competência e sem satisfazerem as condições legais”, o deputado do PRP João Camoesas acrescentou em àparte: “mas que defenderam a República!”⁸¹ Logo a seguir, outro deputado do PRP explicou que o sistema de ensino estava minado de “reaccionários” que “entraram à sombra daquela legalidade que o Sr. João Pinheiro defende”. Para este deputado, “é preciso que a república se defenda dos jesuítas que vêm às escolas com todas as garantias legais”.⁸² Poucos dias depois, aquilo a que João Chagas derrisoriamente chamava, em 1910, o “espírito legalista” voltou a ser posto em causa no parlamento. Tratava-se do saneamento dos oficiais das forças armadas suspeitos de falta de fidelidade ao regime. Na primavera de 1919, o governo afastara do serviço um número infundável de militares. Muitos tinham sido presos por suspeita de participarem na tentativa de restauração monárquica. Em Julho, porém, os deputados inquietaram-se, não só acerca dos oficiais “monárquicos” que ainda não tinham sido saneados, como sobretudo em relação àqueles oficiais “suspeitos” que haviam sido ilibados nos tribunais e agora esperavam reintegração no serviço. O presidente do ministério, Sá Cardoso, observava: “creiam v. exas. que o governo da república que queira conservar-se dentro das normas constitucionais está desarmado para afastar do exército e até das repartições públicas elementos que são perniciosos à república” (sublinhado meu). Todos lamentavam que, em vez de procedimentos judiciais contra indivíduos, não se tivesse optado pela solução do saneamento ao contrário: dever-se-ia ter dissolvido o exército e depois constituído um novo, escolhendo, entre os antigos oficiais, apenas os militantes dos partidos republicanos. Mas sentia-se que a oportunidade passara. O debate incidiu então sobre a maneira de dourar a violação da legalidade. Um deputado sugeriu que o governo pedisse uma autorização legislativa especial para proceder às expulsões. Outro que, uma vez falhados os processos criminais, iniciasse outros, ou, em alternativa, processos disciplinares que pudessem chegar ao mesmo fim: a expulsão. Finalmente, alguém avançou que, caso não se conseguisse a expulsão, se recorresse, contra os oficiais suspeitos, à imposição de “comissões de serviço nas colónias”.⁸³ Ou seja, na sede do poder legislativo, em Julho de 1919, os deputados insistiram publicamente com o governo para desrespeitar as “garantias legais” e as “normas constitucionais”, ou para as contornar com subterfúgios. Subjacente, estava a crença de que – embora nenhuma lei o dissesse – qualquer função pública, civil ou militar, estava reservada de direito aos militantes dos partidos republicanos, estando todos os outros funcionários sujeitos à sus-

⁸¹ João Pinheiro, discurso, em *Diário da Câmara dos Deputados*, 30.6.1919, p. 19.

⁸² Mem Verdial, discurso, em *Diário da Câmara dos Deputados*, 30.6.1919, p. 30.

⁸³ Ver debate em *Diário da Câmara dos Deputados*, 24 de Julho de 1919, pp. 13-15.

peita e decisões arbitrárias do poder republicano. Mas mais importante ainda foi a confissão do chefe do governo de que um governo da República que se deixasse limitar pela lei, ficaria “desarmado” para defender o regime.

b) O PRP como representante do movimento republicano.

O segundo ponto da constituição não-escrita suscitava mais controvérsia dentro do regime: definia quem eram os republicanos. A resposta dada em 1911, durante o processo de escolha dos membros da Assembleia Constituinte, parecia sugerir que republicanos eram aqueles que pertenciam ao Partido Republicano Português. O PRP era a frente revolucionária que dirigira o combate contra a monarquia antes de 1910. Em 5 de Outubro de 1910, a proclamação da República tinha sido feita, na Câmara Municipal de Lisboa, pelo directório do PRP, que também nomeou os membros do Governo Provisório da República. Ora, na Primavera de 1911 foi também o Directório do PRP quem determinou a escolha dos deputados à Assembleia Constituinte, criando condições para o sucesso de determinados candidatos. Assim, nos primeiros meses do regime, o PRP, enquanto movimento revolucionário, funcionou como a fonte de legitimidade política dentro da República. Um ano depois do golpe de estado do 5 de Outubro, porém, vários dos líderes do PRP abandonaram o partido. Para esses líderes, como Manuel Brito Camacho ou António José de Almeida, o PRP não tinha sido realmente um partido político, mas uma frente de combate político que agrupava várias personalidades e grupos que tinham como objectivo comum o derrube da monarquia. Uma vez conseguido esse objectivo, o PRP cumprira a sua missão e deixara de ter razão de ser. As personalidades e grupos que o constituíam podiam, portanto, separar-se e organizarem-se segundo as suas diferentes orientações para fazerem vida política dentro do novo regime. Consideraram portanto o PRP dissolvido e fundaram, não novos partidos políticos, mas mais exactamente os primeiros partidos políticos da República.

No entanto, os deputados e senadores do Grupo Parlamentar Democrático, ligado a Afonso Costa, recusaram esse ponto de vista. Era compreensível. Os “afonsistas” pareciam haver perdido a partida pelo poder dentro da República: tinham visto o seu candidato, Bernardino Machado, derrotado na eleição presidencial, e agora enfrentavam um governo onde predominavam os seus adversários. Agarraram-se assim a um recurso que a maioria presidencial decidira desprezar: o PRP. Para os afonsistas, o PRP continuava a ser necessário enquanto frente de todos os republicanos, porque a República, embora proclamada, não estava ainda segura.

A este respeito, é importante o discurso que Afonso Costa haveria de fazer num importante comício político em Santarém, a 10 de Novembro de 1912. Costa explicou então que “o que o povo quer e tem reclamado principalmente por ocasião das crises ministeriais anteriores, é a reintegração de todos os anti-

gos combatentes no velho Partido Republicano, sob a égide do seu Directório, para defesa, continuação e conclusão da obra comum". Para Costa, a República ainda não estava feita, e portanto os republicanos precisavam de se manter "onde estavam quando fizeram a República". Só quando "a obra comum" estivesse concluída, é que os republicanos teriam o direito de se dividir segundo as "correntes diversas de ideias e princípios" que, segundo ele reconhecia, sempre tinham existido no movimento republicano.⁸⁴

Por isso, cerca de um ano antes desse discurso, a 30 de Outubro de 1911, os "afonsistas" convocaram para Lisboa um congresso do PRP, e elegeram um novo directório do partido. Embora os seus inimigos insistissem em tratá-los por Democráticos, de acordo com a designação adoptada pelo seu grupo parlamentar no fim do Verão de 1911, a verdade é que os afonsistas consideraram sempre o seu partido como a continuação do velho Partido Republicano Português, e foi este título que reclamaram até ao fim. Não se tratava da mera disputa de um rótulo. Enquanto pudessem reclamar que o PRP era ainda fundamental para a defesa do regime e que eles eram o PRP, poderiam sempre insinuar que os outros, que haviam abandonado o velho partido, tinham procedido assim por falta de zelo republicano. De resto, a tentativa dos almeidistas e dos camachistas para integrar gente que nunca tinha pertencido ao PRP provava precisamente isso mesmo. Ou seja, a República, nas mãos dos novos partidos de 1911, nunca estaria segura. Por isso mesmo, Afonso Costa adoptou em 1911 a causa da "intransigência".⁸⁵ Eis, desde 1911, a principal mensagem do PRP restabelecido por Afonso Costa: só o PRP poderia conservar a República, porque só nele estavam os verdadeiros militantes da causa republicana, os únicos que nunca pactuariam com os não-republicanos.

De facto, a hegemonia dos afonsistas foi sistematicamente explicada, por aqueles que não lhes eram hostis, como derivando do facto de eles representarem o movimento republicano. Em 1915, João Chagas, no panfleto A Última Crise, esclareceu este ponto. Na República havia vários partidos parlamentares. Mas havia uma só "opinião republicana", isto é, um só movimento revolucionário. A base desse movimento era a reivindicação do monopólio do poder para os republicanos: não por acaso, seria este, sempre, o único ponto em que os líderes republicanos sempre se entenderam, e portanto o ponto essencial dos falhados programas de unidade.⁸⁶ Para os militantes, a República era a obra deles: detestavam as divisões vindas de cima, dos líderes, que a podiam pôr em causa.

⁸⁴ Ver extractos do discurso em A.H. de Oliveira Marques (ed.), Afonso Costa, Lisboa, Arcádia, 1975, pp. 357-358.

⁸⁵ Sobre tudo isto, ver Rui Ramos, A Segunda Fundação, pp. 377 e ss.

⁸⁶ Por exemplo, a 10 de Janeiro de 1919, a proclamação da Junta Revolucionária de Santarém, que unia o PRP, Evolucionistas e Sidonistas, assentava na "reposição das funções do Estado nas mãos dos republicanos".

O movimento revolucionário era, por definição, único. E teria sido esta, segundo Chagas, a razão pela qual a luta política dentro da República se tornara tão desesperada.

“A democracia portuguesa não respondeu às divisões do parlamento republicano. No meio das decepções que lhe trouxeram as realidades da República parlamentar, permaneceu fiel ao princípio da sua unidade. Faça-se um rápido inquérito à situação política do país e breve se reconhecerá que a grande massa da opinião republicana está toda aglomerada a um lado; e esta foi e só esta a razão essencial por que os os homens da República não se entenderam e irritaram até ao paroxismo das lutas pessoais. Esta força não podia dividir-se por muitos e muitos a quiseram”.⁸⁷

Teria havido muitos líderes republicanos que haviam tentado dar uma nova orientação à República, mas nunca o teriam conseguido fazer, porque a opinião republicana não os acompanhara. Dando a essa opinião a garantia da “intransigência”, os afonsistas teriam congregado, sob a bandeira do velho PRP, o essencial da militância republicana em Portugal. Em 1923, Bernardino Machado respondia sarcasticamente a quem sugeria que o regime comportava já dois partidos preparados para rodar no governo:

“Dois partidos? Mas se não há fundamentalmente senão um grande partido! E tal é a legitimação do predomínio constante dos democráticos [PRP]”.⁸⁸

c) a revolução como prerrogativa política do PRP.

Quais os direitos que revertiam a favor do PRP enquanto partido dos fundadores e defensores da República? O mesmo direito fundamental que, segundo o Presidente da República Bernardino Machado, estava reservado ao povo. Em Outubro de 1925, um jornal de Lisboa confrontou Bernardino com a possibilidade de uma vitória da lista de candidatos “monárquicos” nas eleições em Lisboa. Bernardino não se perturbou. Nem sequer respondeu dizendo que era impossível os monárquicos ganharem a eleição. Pura e simplesmente, resolveu explicitar aquilo que todos sabiam ser as regras do jogo:

“Se os monárquicos ganhassem as eleições por Lisboa, o povo responderia com a revolução”.⁸⁹

⁸⁷ João Chagas, *A Última Crise. Comentários à Situação da República Portuguesa*, Porto, Editor: João Chagas, 1915, p. 9.

⁸⁸ Machado, *Depois de 21 de Maio*, vol. I, p. 379.

⁸⁹ Entrevista de Bernardino Machado ao *Diário de Lisboa*, 27 de Outubro de 1925, p. 8. Agradeço a referência desta entrevista a Manuel Baião.

Esta frase encerra terceiro *artigo da constituição não-escrita* da República: o “povo” republicano reservava-se o direito, sempre que as instituições não asseguravam os resultados que lhe convinham, de intervir revolucionariamente, contra a legalidade.” Foi a este *artigo constitucional não-escrito* que os adversários do regime conheceram pelo nome da “ditadura da rua”. A constituição, o sistema eleitoral, as leis não valiam o papel em que estavam escritas a partir do momento em que colidissem com a hegemonia do movimento revolucionário.

Ora, o PRP era a organização do “povo” revolucionário. Nesse sentido, o PRP tinha de ganhar sempre, porque fazia depender disso a sobrevivência do regime. Por isso, as engenharias partidárias ou constitucionais imaginadas para compensar o impasse do domínio do PRP nunca poderiam ter resultado, porque não enfrentavam o problema político real: este não derivava do parlamentarismo ou do sistema eleitoral, mas da natureza política do PRP como representante de um movimento revolucionário. De facto, devido às propostas dos partidos alternativos para alterar as leis, como a da Separação, e, depois, mesmo a Constituição, o PRP pôde, com sucesso, reivindicar-se como defensor da ordem legal e parlamentarista de 1911, e acusar todos os actos destinados a alterar as regras como “inconstitucionais”. No entanto,

Ainda não conhecemos suficientemente a associações e militantes mantidas pelos partidos republicanos.⁹⁰ Em geral, atribui-se ao PRP a melhor organização, e explica-se o seu predomínio pelo apoio mais amplo que essa organização lhe Entre 1911 e 1917, o que permitiu a Afonso Costa e ao seu grupo parlamentar Democrático cercar e depois dominar o estado, foi o facto de em 1911 se terem posto à frente do PRP. E não só porque os militantes do velho PRP se lhes tivessem ligado a eles. O facto de os seguidores de Afonso Costa se atribuírem o título de Partido Republicano Português foi sempre motivo de contestação pelos seus adversários, precisamente porque era a forma de os afonsistas legitimarem a sua hegemonia política dentro da República

Ninguém, entre 1910 e 1926, governou duradouramente dentro da República em oposição ou divorciado do movimento republicano encabeçado pelo PRP. Os governos de Pimenta de Castro (1915), de Sidónio Pais (1918), e de António Granjo (1921) – as mais sérias tentativas de romper com o domínio do PRP – foram derrubados violentamente e os seus líderes assassinados (caso de Sidónio e de Granjo). Aquilo que caracterizou o PRP não foi tanto o peso do seu

⁹⁰ As infra-estruturas políticas do movimento republicano entre 1910 e 1926 continuam infelizmente por estudar. Sobre os partidos políticos republicanos entre 1910 e 1917, veja-se Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 424-429; Manuel Roque Azevedo, «Inquérito sobre o partido republicano evolucionista (1912-1919)», in *Nova História*, n.º 2, 1984. Para o período posterior à Grande Guerra, veja-se J. Gonçalves da Silva, “O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)” em *Análise Social*, no. 140, 1998, pp. 31-74; Manuel Baião, *Élites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

aparelho ou a imensidão dos seus apoios, mas o direito de recorrer à força, em nome do movimento revolucionário, para corrigir os resultados de qualquer jogo político que tivesse perdido. Desenvolveremos este ponto no capítulo seguinte.

7. Um regime revolucionário.

A ideia para que nos leva a análise da constituição não-escrita é a de que a proclamação da república deve ser entendida como o processo pelo qual os governantes portugueses deixaram de estar à volta do rei, como árbitro da elite, e passaram a estar à volta de um movimento revolucionário, cuja representação foi geralmente reivindicada, com sucesso, pelo PRP. A república substituiu uma legitimidade de tipo tradicional por uma legitimidade revolucionária, e não por uma legitimidade propriamente democrática. Afonso Costa e os seus amigos viveram do ambiente de coacção que o movimento republicano podia criar para levar uma parte da elite política a ser, de boa ou má vontade, aceite como governo pelos restantes membros dessa elite. A república não se inscreve assim numa evolução democrática, mas numa ruptura revolucionária.

Podemos agora precisar mais exactamente o sentido da classificação da Primeira República como um “regime revolucionário”. Não empregamos esta expressão por contraste com “regime conservador”, mas sim por contraste com “regime constitucional”. A Primeira República não foi um regime revolucionário simplesmente porque se tivesse proposto mudar Portugal. É possível a um regime político assumir um projecto de mudança, sem por isso adquirir necessariamente a natureza de um regime revolucionário: foi o que explicou Raymond Aron a propósito das democracias liberais contemporâneas, as quais combinam precisamente um projecto de progresso com um quadro constitucional. Por isso mesmo, a ideia de regime revolucionário não remete, no sentido em que a utilizamos, para “regime inovador”. Significa antes o seguinte: a dependência do poder em relação a um movimento animado por um espírito revolucionário. Em vez de estar fundado na legalidade, na presunção de que as forças políticas existentes respeitam o quadro constitucional, e de que as autoridades agem através de procedimentos previstos na lei, o regime revolucionário assenta num movimento político que, em nome da revolução, se propõe funcionar como o defensor do regime, porque suspeita de que este seria subvertido caso o movimento fosse desmobilizado. De tal modo que o regime se tenderá a basear, não na aceitação das regras do jogo por todos os agentes políticos, mas na pressão que o movimento revolucionário pode exercer sobre esses agentes. Ora, o movimento revolucionário pode ser poder, mas não pode ser uma ordem legal, isto é, uma ordem em que o poder aceite ser limitado pela lei, devido ao seguinte: para defender o regime, o movimento não se pode comprometer a manter-se na legalidade do estado de direito, tal como Afonso Costa explicou

em 1911. A manutenção da lei dependia, portanto, da única força capaz de a violar, de tal modo que em última instância as liberdades estavam à mercê dos revolucionários, os quais, de facto, se situavam *fora da lei* – precisamente para defender a lei.

Mas não teria sido este também o caso da monarquia constitucional, com o seu rei? Era o que geralmente haviam argumentado os republicanos.⁹¹ Havia, porém, substanciais diferenças. As prerrogativas do rei estavam descritas e limitadas pela constituição escrita, ao contrário do que acontecia com o direito revolucionário do PRP. O rei agia legalmente, e não pela violência, como o PRP. Por outro lado, o rei permitia-se propiciar a rotação no poder, ao contrário do PRP, que existia para garantir que o poder estaria reservado aos republicanos, isto é, para os seus próprios membros. Politicamente, a questão levantada pelo regime revolucionário é a da impossibilidade de uma rotação no poder, a partir do momento em que essa rotação implicar a marginalização ou o desarmamento do movimento revolucionário.

O tipo de poder que a si próprio se reconhecia o PRP transparece na justificação dada pelos seus chefes para a “revolução” do 14 de Maio de 1915, contra o governo do general Pimenta de Castro. O “14 de Maio” constituiu, de facto, um momento clarificador do regime republicano e merece mais atenção do que a que lhe foi dada. A situação em 1915 era a seguinte: Todos os deputados e metade dos senadores perderam o mandato a 30 de Junho de 1914. As eleições deveriam ter sido feitas até 2 de Dezembro de 1914, data de início da nova sessão. Foram de facto marcadas para 1 de Novembro de 1914. Com o início da Grande Guerra na Europa, porém, haviam ficado adiadas *sine die*. Quando o Congresso se reuniu a 29 de Junho (para a aprovação da lei eleitoral), a 7 de Agosto (para definir a posição perante a guerra), e a 23 de Novembro de 1914 (para autorizar uma eventual intervenção portuguesa no conflito), já o fez a título “extraordinário”. O PRP desejava uma União Sagrada, como em França, para suceder ao governo de Bernardino Machado, que se demitiu a 5 de Dezembro. Mas acabou por ficar no governo sozinho, e perdeu uma votação no Senado. A 24 de Janeiro de 1915, Arriaga aproveitou os protestos militares de 20 e 22 para entregar o poder ao general Pimenta de Castro. Em que medida foi a “ditadura” de Pimenta de Castro inconstitucional? O governo de Vitor Hugo marcara eleições para 7 de Março. e a 12 de Janeiro o Congresso suspendera os trabalhos até 4 de Março, por proposta de Afonso Costa, que queria deixar o governo à solta durante a campanha eleitoral. Podia o parlamento fazer isso,

⁹¹ Na Monarquia Constitucional, segundo Hans Kelsen, o rei é o “defensor da constituição” na medida em que, entre os poderes do estado, é aquele que pode violar a constituição do que era suposto ser um regime representativo. Carl Schmitt tentou defender a presença, dentro do regime constitucional, de uma força não-limitada pela lei, porque a lei não se pode defender a si própria. Ver Hans Kelsen, Quién debe ser el defensor de la Constitución?, trad. de R.J. Bried, Madrid, Tecnos, 1995.

não tendo já mandato? Quando os afonsistas quiseram reunir o congresso novamente, Pimenta de Castro recusou-se a franquear-lhes o palácio de S. Bento, argumentando que a legislatura acabara a 2 de Dezembro. O PRP – 62 deputados e 20 senadores – juntou-se então fora de Lisboa, no palácio da Mitra, em Santo António do Tojal, no concelho de Loures, e declarou “o ministério e o chefe do poder executivo fora da lei”.⁹² Em conformidade, apelou à desobediência, mesmo perante actos do poder executivo que pudessem ser interpretados como constitucionais (declaração de 4 de Março de 1915). O governo de Pimenta de Castro, um mês depois, anunciou uma data para eleições (6 de Junho de 1915) e uma nova lei eleitoral. Isso não demoveu os seus inimigos de projectarem a revolução de 14 de Maio, à qual chamaram uma revolução “constitucionalista”.⁹³

O golpe contra o governo de Pimenta de Castro foi apresentado pelo PRP como a “refundação da República”, ou a “segunda proclamação da república”. De facto, a Junta Revolucionária que fez o 14 de Maio de 1915 teve mesmo o cuidado de reencenar a proclamação de 5 de Outubro de 1910 à varanda da Câmara Municipal de Lisboa, onde Sá Cardoso, em nome da Junta, anunciou que “o exército, a armada e o elemento civil acabam de proclamar pela segunda vez a República em Portugal”.⁹⁴ Ou seja, os líderes do PRP reivindicavam para si o poder dos fundadores de comunidades políticas, o poder dos príncipes, os quais, como Maquiavel explicou a propósito do caso dos “novos príncipes”, isto é, dos fundadores de estados, não estavam sujeitos às leis na medida em que quem fundava um regime, no momento da sua fundação não podia, logicamente, estar já limitado pela ordem legal que pudesse vir a derivar do seu acto fundador.⁹⁵ Hobbes, mais tarde, generalizou essa isenção do fundador em relação à lei a todos os defensores do estado, mesmo depois de estabelecida uma ordem legal e de costumes: o que definia o soberano era precisamente a liberdade de agir sem limites legais e sem atenção a quaisquer compromissos, contratos ou escrúpulos morais, já que a defesa do estado não se compadecia nem com o direito, nem com a justiça, nem com a consciência.⁹⁶ É esta dimensão

⁹² Ver “O governo fora da lei” em *O Mundo*, 5.3.1915, p. 1.

⁹³ Sobre o 14 de Maio, ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 439-449.

⁹⁴ Ver “Uma Grande Vitória” em *O Mundo*, 16.5.1915, p. 1.

⁹⁵ Sobre o tema do “novo príncipe” em Maquiavel, ver Leo Strauss, *Thoughts on Machiavelli*, Chicago, Chicago University Press, 1958, pp. 70-71. Repare-se que o “novo príncipe” é o verdadeiro destinatário do *Príncipe* de Maquiavel, e daí o “amoralismo” que lhe é atribuído pelos comentadores: de facto, o Príncipe não nega a moral, mas actua a um nível “pré-moral”. O poder do Príncipe é, na prática, o do Levitã de Hobbes, pois a fundação de uma comunidade política, tanto como a sua defesa perante uma grande ameaça, não admite a limitação do poder soberano pela lei.

⁹⁶ Ver Thomas Hobbes, *Leviathan*, Parte II, capítulo 18 (“Of the rights of sovereigns by institution”). Como Hobbes sublinha nesse capítulo, “the power and honour of subjects vanishes in the presence of the power sovereign”. Daí Hobbes aplicar ao soberano a designação de

maquiavélica e hobbesiana que de facto o movimento revolucionário perpetua: a possibilidade de haver, dentro de uma ordem legal, uma força originária, primitiva, não-legal, ou mesmo não-moral, capaz de fazer voltar o regime às suas origens, isto é, de actuar como se nada tivesse sido dado como adquirido. Em 1915, o PRP agiu porque, ao proclamar que a “república está em perigo”, reconheceu-se implicitamente o direito de *fazer a revolução outra vez*.

Isso não quer dizer que o PRP constituísse um partido com um programa revolucionário no sentido de inovador. A sua governação foi denunciada por forças mais à esquerda como “conservadora”, quer em 1913, quer em 1922-1923: o revolucionarismo do PRP estava no fundamento do seu poder, não nos seus programas de governo. Aliás, antecipando o que diremos adiante, é preciso notar que o PRP de Afonso Costa não era exactamente a causa do revolucionarismo, mas mais o seu explorador político. Depois de 1919, a liderança do PRP absteve-se de reivindicar o direito a fazer revoluções, mas nem por isso o movimento revolucionário deixou de existir, como se viu no golpe de 19 de Outubro de 1921. O golpe teve como alvo imediato o governo presidido por António Granjo, mas dirigiu-se também contra todas as direcções partidárias – incluindo então também a do PRP – que desde 1919 estariam a consentir na violação da ordem republicana (tolerando católicos e monárquicos, por exemplo). Por isso, os chefes do golpe reivindicaram o direito de “restaurar” o regime à sua “pureza inicial”. Com efeito, o programa do movimento de 19 de Outubro, publicado no dia do golpe sob a forma de um decreto, anunciava, entre outros, o objectivo de “restauração das leis basilares da república”, especialmente da Lei da Separação de 1911, e a instauração de um “estado republicano servido por republicanos”, através da atribuição ao governo do direito de demitir livremente todos os funcionários do estado suspeitos de menos amor pelo regime.⁹⁷ Pelo seu lado, os chamados “revolucionários civis”, isto é, os chefes e membros dos *gangs* armados que serviam o PRP e também outros partidos republicanos, nunca abdicaram da sua prerrogativa de, como anunciou um deles em Janeiro de 1924, “escalar Monsanto”⁹⁸ outra vez” sempre que lhes parecesse conveniente. É importante notar que este discurso não foi pronunciado num qualquer clube ou comício mais ou menos marginal, mas numa cerimónia oficial, precisamente na da tomada de posse do novo governador civil de Lisboa, e na pre-

“Deus mortal”, não no sentido de garante de uma ordem criada por Deus, mas antes no sentido de o próprio soberano ser o criador da ordem, e nesse sentido, um deus (para uma discussão deste ponto, ver Carl Schmitt, *Le Léviathan dans la Doctrine de l'État de Thomas Hobbes*, trad. de Denis Trierweiler, Paris, Seuil, 2002, pp. 93 e ss.) Note-se que o soberano de que fala Hobbes tanto podia ser um “monarca” como uma “aristocracia”, ou uma “assembleia democrática”.

⁹⁷ Ver o texto do programa em *Diário de Lisboa*, 19.10.1921, pp. 4-5.

⁹⁸ Referência ao ataque dos militantes republicanos armados contra os oficiais monárquicos concentrados em Monsanto, em 1919.

sença de representantes de todas as autoridades do estado.⁹⁹ Tal era o estatuto oficial de que os revolucionários profissionais ainda disfrutavam em Janeiro de 1924.

A Primeira República foi, assim, um regime em que a *revolução*, longe de ter sido um *momento inicial*, ultrapassado pelo estabelecimento de uma ordem legal aceite por todos e portanto não defendida por ninguém em especial ao nível dos actores políticos, era uma possibilidade permanente, um acontecimento que podia regressar a qualquer altura, na medida em que existia no estado um movimento que se reclamava defensor do regime e arbitrariamente decidia quando devia actuar. Esta arbitrariedade do movimento republicano negava o estado de direito em que assentam os regimes constitucionais: não era um órgão constitucional, legalmente estabelecido, que decidia que a constituição tinha sido violada, mas um movimento de militantes cuja representação era reivindicada por um partido. Repare-se que em 1915, a suposta “violação da constituição” pelo Presidente Manuel de Arriaga não foi decretada por um tribunal ou sequer por um órgão representativo funcionando regularmente, mas por um ajuntamento de deputados do PRP reunidos ilegalmente (o parlamento já tinha encerrado) e perante o protesto dos deputados dos outros partidos. E foi em função desta decisão partidária, mas tomada em nome do regime, que a revolução do 14 de Maio foi levada a cabo.

Poder-se-ia assim aplicar à República portuguesa o célebre conceito de um regime que funcionava através de uma revolução permanente. Curiosamente, a tradição republicana no século XIX e no século XX constituiu-se contra o golpe de estado, vendo até nas intervenções do executivo um golpe de estado permanente.¹⁰⁰ A república seria o reino do direito, a rejeição do uso da força em nome de um legalismo estrito. Aliás, os republicanos portugueses tinham acusado a monarquia derrubada em 1910 de não ser uma verdadeira monarquia constitucional, mas uma monarquia monárquica, em que, em última instância, o processo político estava sujeito ao representante da dinastia fundadora do reino. A monarquia constitucional teria sido, segundo os republicanos, um golpe de estado permanente. Mas o regime que os republicanos instauraram em Portugal em 1910-1911 não resultou numa democracia constitucional, mas no império do movimento fundador: um regime em que, em última instância, o processo político estava sujeito ao grupo representante dos fundadores da república.

⁹⁹ Ver a entrevista com Carlos Magalhães Ferraz no *Diário de Lisboa*, 23.1.1924, p. 5. Tratava-se do célebre “Ferraz das Barbas”, chefe de um dos mais notórios grupos paramilitares do PRP, os “Companheiros do Bem”. Ferraz era um revolucionário profissional, que tinha participado em todas as conspirações e golpes republicanos desde o 31 de Janeiro de 1891, incluindo o 5 de Outubro e o 14 de Maio.

¹⁰⁰ Maurice Agulhon, *Coup d'État et République*, Paris, Presses de Sciences Po, 1997. A expressão “golpe de estado permanente” foi popularizada por François Mitterrand para descrever o regime da V República francesa, estabelecida pelo general De Gaulle em 1958.

É preciso dizer que o regime revolucionário conhecido em Portugal por Primeira República não foi único na Europa, embora talvez tenha sido mais acentuado no caso português do que noutros casos. Na França da Terceira República (1870-1940), os chamados “republicanos liberais” ou “oportunistas” dispuseram-se a aceitar as instituições orleanistas (a constituição de 1875), isto é, o equilíbrio de poderes no estado e o progresso gradual, lento, embora deixando apagar a presidência e reformando o senado.¹⁰¹ Essa transação permitiu descrever a III República como o verdadeiro modelo da “democracia liberal”, uma síntese exemplar entre a república e o liberalismo, entre a vontade de progresso radical e a prudência orleanista. Mas esta visão idílica esquece a resistência dos “republicanos radicais” ao liberalismo dos “oportunistas”. Os “radicais” pretendiam o predomínio absoluto da assembleia eleita (e portanto a abolição da presidência e do senado. Para eles, Paul Gambetta, ao propôr uma “república aberta”, estava apenas a entregar a república àqueles que a queriam assassinar, enquanto Jules Ferry, que veio a representar mais do que ninguém o projecto de uma “república constitucional”, era um traidor à revolução, um “orleanista”, um “monárquico”. De facto, a “legitimidade de esquerda” que os republicanos radicais reivindicaram para a república serviu para impedir uma verdadeira alternância no governo.¹⁰² Ferry, no fim da vida, sentiu que a III República nunca se tornara verdadeiramente “constitucional”: foi sempre um fluxo, um movimento revolucionário, exclusivista, potencialmente violento e autoritário.¹⁰³

Em Espanha, durante a II República (1931-1939), o objectivo de uma “república para todos os espanhóis”, de uma “república liberal e cristã”, assumido em 1933 pelo governo do Partido Radical em aliança com a Confederação Espanhola de Direitas Autónomas, fracassou perante a intolerância da esquerda republicana e dos socialistas, porque para a esquerda a “direita não tinha o direito de governar”.¹⁰⁴ É verdade, no entanto, que pelo menos a alternância foi

¹⁰¹ Serge Bernstein, “La Culture Républicaine dans la première moitié du XXe Siècle” in S. Bernstein e O. Rudelle (eds), *Le Modèle Républicain*, Paris, PUF, 1992, pp. 159-171.

¹⁰² Claude Nicolet, *L’Idée Républicaine en France (1789-1924)*, Paris, Gallimard, 1994, p. 273-274.

¹⁰³ Odile Rudelle, “De Jules Ferry a Raymond Poincaré ou l’écheque du constitutionnalisme républicain” in Bernstein e Rudelle (eds.), *Le Modèle Républicain*, p. 92; Jérôme Grévy, *La République des Oportunistes, 1870-1885*, Paris, Perrin, 1998, p. 280. Esta ideia foi retomada recentemente num ensaio de Daniel Amson: a república em França, em vez de uma *ordem constitucional*, com regras precisas interpretadas por tribunais, teria produzido um *fluxo constitucional*. Ver Daniel Amson, *La République du Flou*, Paris, Éditions Odile Jacob, 2002.

¹⁰⁴ Nigel Townson, “Una República para todos los Españoles: El Partido Radical en el Poder, 1933-1935” in N. Townson (ed.), *El Republicanismo en España (1830-1977)*, Madrid, Alianza Universal, 1994, pp. 199, 210. Os republicanos centristas sofreram ainda da arrogância dos não-republicanos, ansiosos por provar – como aconteceu em Portugal com Pimenta de Castro e Sidónio Pais — que o governo dependia deles, o que teve sempre como efeito a

possível nas eleições do fim de 1933. Em Portugal, isso nunca aconteceu. Como não se cansava de lembrar Bernardino Machado em 1923, “dentro da República, não se governa para a direita”.¹⁰⁵ As instituições republicanas portuguesas nunca foram politicamente “neutras”, nem os conceitos republicanos se destinavam a obter essa neutralidade.¹⁰⁶ “Laico” não queria dizer “neutro”, como lembrou um dos constituintes em 1911.¹⁰⁷

A questão da legalidade não é simplesmente um pormenor técnico. O aspecto mais grave do carácter revolucionário do regime republicano é que retirava aos que lhe estavam sujeitos a principal vantagem do Estado de Direito. Num Estado de Direito, visto que o governo está sujeito a “normas previamente estabelecidas e anunciadas”, existe a possibilidade de “prever com certa segurança como é que, em cada circunstância, a autoridade irá exercer o seu poder coercivo”. Os cidadãos podem assim, “com base nessa previsão, planear a sua actividade”.¹⁰⁸ Foi este ambiente de segurança que a Primeira República, sacudida pelas intervenções arbitrárias dos auto-proclamados defensores do regime, nunca pôde proporcionar. Os defensores do regime não podiam deixar-se limitar por leis gerais que impedissem uma pronta acção para preservar o predomínio dos republicanos. Não bastava prevenir ilegalidades, já que um grupo “monárquico” ou de “maus republicanos” podia aproveitar-se da legalidade para se apossar do poder. A fuga de capitais¹⁰⁹ pode ser interpretada como uma das reacções dos cidadãos à crescente incerteza que afectou a vida pública sob o regime revolucionário.

divisão do centrismo republicano (idem, p. 200). Ver tb. o importante estudo pioneiro de Richard Robinson, The Origins of Franco's Spain. The Right, the Republic and Revolution, 1931-1936, Newton Abbot, David and Charles, 1970.

¹⁰⁵ Bernardino Machado, Depois de 21 de Maio, 2ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, vol. I, p. 350.

¹⁰⁶ Era o que notava Leonardo Coimbra, o “filósofo da República”, ao lamentar, em 1920, que os republicanos portugueses nunca tivessem percebido que “o livre pensamento é um método, não é uma doutrina”. Para os republicanos, segundo Coimbra, a liberdade de pensamento era uma “doutrina de guerra”, basicamente a propaganda do materialismo ateu contra o catolicismo. Leonardo Coimbra, Dispersos, Lisboa, Verbo, 1987, vol. II, p. 30. No mesmo sentido, ver o que Raúl Proença escrevia em 1910, em António Reis (ed.), Raúl Proença-Antologia, Lisboa, Ministério da Cultura, 1985, vol. I, pp. 197-203.

¹⁰⁷ Discurso de Sousa Júnior, Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 26.7.1911, p. 17. Nessa ocasião, o deputado Padre Casimiro de Sá, perante gritos de “não pode ser” e “não apoiado”, defendeu o direito à educação religiosa precisamente afirmando que os cidadãos têm direitos anteriores ao estado, e que o estado tem de ser verdadeiramente neutral, e não partidário do ateísmo. Discurso de Casimiro de Sá, Diário da Assembleia, 26.7.1911, p. 23.

¹⁰⁸ F. Hayek, O Caminho para a Servidão, trad. de M.I. Serrão de Moura, Lisboa, Teoremas, 1977, p. 127.

¹⁰⁹ Ver e.g. Manuel Villaverde Cabral, Portugal na Alvorada do Século XX, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 423; A.J. Telo, Decadência e Queda da I República Portuguesa, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, vol. I, pp. 18-19, 224.

8. Governos fracos de um regime forte

Os quadros institucionais criados em 1911 nunca foram propícios para a gestão pacífica das diferenças de opinião e rivalidades pessoais dentro da elite. Por um lado, não havia, acima da elite política, o equivalente do rei para servir de árbitro entre a elite, já que o Presidente da República, segundo a constituição de 1911, estava de facto reduzido a um mandatário do parlamento.¹¹⁰ Por outro lado, os resultados eleitorais, como já acontecia durante a monarquia constitucional, continuaram a ser vistos como o simples produto da pressão administrativa sobre uma população pobre e dependente do estado. E de facto, tal como durante a monarquia constitucional, os governos faziam eleições só depois de chegarem ao poder e ganharam-nas sempre. Daí que ninguém pudesse reclamar o direito de governar só porque tivesse ganho as eleições. Consequentemente, as eleições, na medida em que eram tradicionalmente concebidas como consistindo no choque entre o aparelho do estado e um povo supostamente destituído de espírito cívico, nunca foram tomadas por ninguém como um verdadeiro recurso para garantir a alternância no governo. Na República, a questão política nunca pôde ser reduzida ao debate e disputa do favor do público: a questão política foi sempre a do acesso ao poder por via não-eleitoral.¹¹¹ Ora, se os liberais tinham podido dispensar o povo como referente externo do regime, porque dispunham do rei, quem tinham os republicanos para fazer de árbitro? Tinham o movimento revolucionário republicano, corporizado no PRP, ou, como dizia Raúl Proença em 1921, a “crença nos processos de violência revolucionária” que animava a “massa republicana de Lisboa”.¹¹²

A conceptualização da Primeira República portuguesa como um regime revolucionário permite compreender vários aspectos da história do regime. Em primeiro lugar, permite-nos sublinhar que a Primeira República nunca correspondeu à “ditadura” imaginada e proposta por Basílio Teles: um governo forte inaugurando novas instituições à custa de decretos. O regime revolucionário opôs sempre uma resistência tenaz, imediata ou mediatamente, aos que o tentaram desmontar ou limitar. O “14 de Maio” em 1915, o fracasso do sidonismo, a

¹¹⁰ Ver a propósito Diogo Freitas do Amaral e Paulo Otero, O Valor Jurídico-Político da Referenda Ministerial. Estudo de Direito Constitucional e Ciência Política, Lisboa, Lex, 1997, pp. 17-22.

¹¹¹ Em Julho de 1914, o diário evolucionista A República atribuía o predomínio eleitoral do PRP, não a uma real “influência” ou “força”, mas à “coacção administrativa”, “actuando sobre um povo de débil firmeza cívica e de pouca resistência moral”. O PRP não tinha o “apoio do país”, mas apenas o das “autoridades administrativas”. Por isso, os evolucionistas desafiavam: “É fora do poder que queremos vê-los. É cá em baixo, ao pé de nós, que queremos medir-lhes as forças” (ver “Luta eleitoral” in A República, Lisboa, 12.7.1914). Ou seja, os evolucionistas não esperavam ganhar as eleições para tirar o PRP do poder, mas sabiam que só tirando o PRP do poder é que podiam esperar ganhar as eleições.

¹¹² Raúl Proença, Obra Política, Lisboa, Seara Nova, 1972, vol. II, p. 93.

“escalada de Monsanto” em 1919, ou o “19 de Outubro” em 1921, criaram à volta do movimento revolucionário uma lenda de resistência, de múltiplos recursos e de invencibilidade. Mas os governos que esse regime produziu não foram fortes, mas fracos.

Repare-se na reacção do governo do PRP à insubordinação da guarnição de Tomar, em 13 de Dezembro de 1916, protagonizada mais uma vez por Machado Santos. O governo de Afonso Costa viu-se então com a possibilidade de sujeitar Machado Santos, um inimigo inveterado do PRP, a algum castigo mais severo. Mas como um dos ministros notou logo, “não haveria força para cumprir a lei”.¹¹³ Porquê? O PRP parecia no auge do seu poder. Um ano antes, esmagara o desafio que lhe haviam lançado Manuel de Arriaga e Pimenta de Castro. Conseguira levar Portugal à intervenção na Grande Guerra no princípio do ano. Agora, tinha um aliado na Presidência da República, uma maioria nas câmaras do Congresso, e a antiga oposição Evolucionista amarrada ao carro governamental através da União Sagrada. Mesmo assim, os seus líderes reconheciam não ter “força para cumprir a lei”.

O problema político da República como regime revolucionário quase coincide com o problema que os historiadores têm identificado como sendo o da existência, na República, de um “partido dominante”. Mas o problema do carácter revolucionário do regime não se reduz à hegemonia de um partido político. O movimento revolucionário era um movimento, não era um partido. O partido de Afonso Costa desde 1911 não era exactamente esse movimento, mas a organização que pretendia consubstanciar esse movimento – uma pretensão contestada pelos outros partidos. Digamos que era porque a Primeira República constituía um regime revolucionário que foi possível para um dos partidos afirmar-se como partido dominante. Repare-se que o domínio do PRP foi, em primeiro lugar, *político*, mais do que *institucional*. O PRP nem sempre controlou o governo (por exemplo, entre 1911 e 1913, comportou-se mais como oposição, do que como poder), não tinha uma notável homogeneidade de liderança (veja-se os problemas de Afonso Costa em 1917), nem uma organização impecável. De resto, o PRP esteve sempre disposto a aceitar parceiros de governo e outras formas de coligação. Qual a explicação para esta atitude?

É que o PRP não era, de facto, um partido dominante simplesmente por ser o maior partido, pela sua organização e base de apoio no país, ou pelo peso da sua presença no aparelho de estado: de facto, fossem quais fossem as suas forças, nunca lhe serviram para ganhar eleições quando fora do poder. Das eleições a que concorreu até 1926, perdeu as de 10 de Julho de 1921, precisamente as únicas em que não esteve no governo, então entregue ao Partido Liberal Republicano, e não conseguiu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados nas de Janeiro de 1922, a que presidiu uma coligação não controlada pelo PRP. Ou

¹¹³ A.H. de Oliveira Marques (ed.), *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917 (Actas dos Conselhos de Ministros)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 65.

seja, o PRP precisou sempre de ocupar o estado para dominar eleitoralmente. Não se podia permitir o luxo da oposição, confiando na sua organização ou nas suas simpatias para um dia ganhar eleições e regressar ao poder com um mandato eleitoral.

A historiografia desenvolvida na década de 1970 atribuiu o domínio do PRP à sua dominação do parlamento num regime parlamentar, e essa dominação ao recurso do “caciquismo político”, isto é, ao uso de favores administrativos para concitar a boa-vontade dos notáveis da periferia (os quais teriam aderido ao PRP depois de terem servido a monarquia), segundo “práticas herdadas da monarquia” e que reflectiriam apenas “o relativo atraso socioeconómico, político e cultural do País”.¹¹⁴ Deste modo, os “caciques monárquicos” teriam continuado a ser o fiel da balança do poder na República (não se percebendo então porque não mantiveram a monarquia). O domínio do PRP traduziria afinal o seu monarquismo, a sua falta de ímpeto revolucionário. Ora, esta teoria, que recolhe a frustração da “nova esquerda” pós-republicana com a República na década de 1920, pode ajudar a compreender o exercício do poder pelo PRP (nomeadamente, o processo de mobilização de votos), mas não explica verdadeiramente as origens da sua ocupação do aparelho de estado. E isto, porque é preciso compreender o seguinte: o PRP estava no poder, não pela simpatia dos “caciques monárquicos” (cuja importância eleitoral certamente diminuiu com a retirada do direito de voto aos analfabetos), mas pela sua capacidade de reivindicar a representação do movimento revolucionário. Soube de facto aproveitar o movimento revolucionário para impedir a consolidação na República de qualquer situação partidária que lhe fosse hostil, como aconteceu em 1915 e na década de 1920. Mas isso não quer dizer que os seus chefes se sentissem absolutamente seguros no poder.

É que a Primeira República foi o que os contemporâneos designaram por uma “ditadura da rua”. É preciso recuperar a razão deste pitoresco rótulo. O poder era disputado por quem se sentia capaz de provar que representava o movimento revolucionário, a “rua” republicana, onde se presumiam residir todas as virtudes, o amor desinteressado pelo regime – já que o estado, herdado da monarquia, era suspeito, quer como não-republicano, quer como capaz de corromper os republicanos que passaram a desempenhar cargos públicos. A legitimidade republicana estava assim em função da capacidade de demonstrar uma relação genuína com a “rua”. Esta dependia, obviamente, das credenciais republicanas do indivíduo ou grupo, as quais assentavam em primeiro lugar numa relação plausível, documentada com a fundação do regime. A fundação do regime, porém, tinha vários sentidos: referia-se não apenas ao golpe do 5 de Outubro em 1910, mas também à “obra de propaganda” contra a monarquia

¹¹⁴ Ver e.g. Fernando Farelo Lopes, “Um regime parlamentarista de partido dominante” em A. Reis (ed.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, 1996, vol. II, pp. 85 e ss.

antes de 1910, ou ainda a determinados feitos de governo, depois de 1910, para defender e consolidar a República. Afonso Costa e o seu Grupo Parlamentar Democrático, reivindicando a representação do PRP, tentaram e conseguiram afirmar-se, entre 1911 e 1913, como os verdadeiros defensores do regime perante governos suspeitos de falta de zelo. Mas Costa não tivera qualquer papel no golpe que em 5 de Outubro de 1910 derrubara o rei D. Manuel. Beneficiara sobretudo do zelo com que os seus amigos tinham promovido a Lei de Separação de 1911 à condição de uma espécie de segunda revolução, ou ainda mais exactamente, da “verdadeira revolução”, sem a qual o 5 de Outubro teria sido “quase inútil”.¹¹⁵ De qualquer modo, sobravam outros fundadores para lhe disputarem os direitos de defensor do regime, como António José de Almeida, Manuel Brito Camacho, ou Machado Santos, o “herói da Rotunda”. Não por acaso, Machado Santos, entre 1913 e 1917, foi o catalizador das revoluções anti-afonsistas – e por isso também a figura sempre mais odiada pelos afonsistas.¹¹⁶

Costa aprendeu em 1913, com o 27 de Abril, e em 1914, com os movimentos de Janeiro, que um governo fundado na revolução não estava seguro que o mesmo ambiente revolucionário que ele usara para subir ao poder não pudesse ser dirigido contra ele próprio.¹¹⁷ Entre 1911 e 1913, numa espécie de semi-oposição, Afonso Costa cavalgara o revolucionarismo para chegar ao poder. Depois de 1913, os seus adversários imitaram-lhe a estratégia. Note-se que Sidónio Pais, em Dezembro de 1917 e nos meses seguintes, também apresentou o seu golpe contra o governo de Afonso Costa como um regresso à pureza inicial da revolução de 5 de Outubro, que teria sido traída por uma casta partidária dada à “demagogia” e fundamentalmente “monárquica”.¹¹⁸ Daí a importância, para

¹¹⁵ Ver e.g., “A Revolução de Ontem” em *O Mundo*, Lisboa, 22.4.1911, p. 1. *O Mundo* era dirigido por França Borges, íntimo de Afonso Costa e de Bernardino Machado.

¹¹⁶ Ramos, *A Segunda Fundação*, p.

¹¹⁷ Como lembraram, aliás, os sidonistas em 1918, quando o PRP se queixou de que Sidónio Pais subira ao poder pela força : se os líderes do PRP “governaram quase sempre unicamente apoiados pelo direito revolucionário”, “que direito têm criaturas destas para bradar agora contra quem empregou os mesmos meios para a conquista do poder?” (“A Intolerância” em *A Situação*, Lisboa, 4.5.1918, p. 1). De facto, o PRP, no governo, enfrentou sempre uma barragem de ameaças revolucionárias mais ou menos reais. Veja-se por exemplo o editorial “Juízo” do diário evolucionista *República*, Lisboa, 11.6.1914, p. 1: “o partido democrático não pode voltar ao poder tão cedo”, porque “imediatamente se seguirá uma reacção enorme, que tanto pode ser disciplinada, bem orientada e bem conduzida, como pode ser anárquica, desconjuntada e cega”.

¹¹⁸ Em 1918, os sidonistas esforçaram-se por demonstrar que a “república parlamentar” tinha sido uma “república monarquizada”, a “sucedânea da monarquia constitucional”, em que o poder, tal como acontecera na monarquia, pertencia a uma casta partidária, que o sofisma parlamentar preservava contra todas as responsabilidades. Ora, esse sistema era a negação da república, onde “todos os magistrados” deviam ser “úteis e responsáveis”. O 5 de Outubro tinha consistido precisamente numa “reacção moral contra a desordem na governação”. Esta “desordem” só poderia acabar com a instituição de um presidente eleito por sufrá-

Sidónio, da presença a seu lado de dois dos “fundadores” do regime, Machado Santos e José Carlos da Maia. De facto, todos os golpes e conspirações organizados por republicanos foram sempre feitos contra uma “falsa república”, em nome de uma “república verdadeira”.¹¹⁹

Ou seja, quem exercia o poder na República precisou sempre de absorver toda a legitimidade revolucionária, o que só poderia acontecer com a união de todos os republicanos à volta do governo. Afonso Costa e os seus colaboradores, como Álvaro de Castro, nunca se cansaram de proclamar e repetir que não viam razão para a proliferação de partidos e que desejavam “uma união dos partidos republicanos como ela existia antes do 5 de Outubro”.¹²⁰ Essa tentativa de unidade, de “reintegração do velho partido republicano”, manifestou-se, em termos do PRP, em sucessivas declarações, nos seus momentos de triunfo, de que não desejava monopolizar o poder, e em esforços para mobilar os seus governos com independentes e membros de outros partidos, quando não mesmo para confiar os ministérios a “velhos republicanos” mais ou menos independentes em relação aos grupos parlamentares. Foi assim em 1915, depois do 14 de Maio, e em 1919, depois da queda do sidonismo.¹²¹ Obviamente, o PRP reservava-se o direito de predominar no parlamento e sobretudo na administração do estado, através da qual conseguia as suas maiorias parlamentares. Mas o esforço de unidade não era uma simples hipocrisia: era uma necessidade política. É que só a união dos republicanos à volta do poder poderia, em primeiro lugar, retirar às oposições o direito à revolução, e, em segundo lugar, tornar plausível que eventuais revoltosos fossem denunciados como “monárquicos”, contra quem estavam portanto justificadas, em nome da salvação pública, todas as retaliações e violências.¹²² A união dos republicanos, as alianças e os compromissos entre os

gio universal e titular efectivo do governo, o que introduziria no estado o princípio da responsabilidade que caracterizava as repúblicas verdadeiras. Ver “O Presidencialismo” em A Situação, Lisboa, 9.4.1918, p. 1.

¹¹⁹ Ver e.g. a oposição entre “falsa república” e “república verdadeira” em António José de Almeida, “Carta ao chefe de governo” em República, Lisboa, 11.7.1914, p. 1.

¹²⁰ Álvaro de Castro, discurso, em Diário da Câmara dos Deputados, 30.6.1919, p. 14.

¹²¹ Veja-se e.g., o editorial “A República entregue a republicanos” em O Mundo, 17.5.1915, p. 1 (reconhece que tinha sido o PRP quem fizera a revolução de 14 de Maio, “mas não para ele próprio”, antes “ofereceu-a à República”); ou as declarações de Sá Cardoso e de António Maria da Silva em Diário da Câmara dos Deputados, 30.6.1919, p. 38.

¹²² No vocabulário político republicano, o título de “monárquico” não designava, como explicou Afonso Costa em 1911, os partidários da restauração de D. Manuel, mas os “traidores à pátria”. O argumento de Costa era o seguinte: D. Manuel indicara, pelo facto da sua fuga e exílio, que não queria ser rei. Portanto, os monárquicos sabiam que a restauração não fazia sentido. A sua acção contra a república só se explicava, assim, pelo seu desejo de arranjar problemas diplomáticos ao regime e provocar uma intervenção estrangeira. Eram portanto “um bando de desnacionalizados, uma espécie de falange internacional, como a dos jesuítas”, e “autênticos traidores à pátria”. Ver o seu discurso de 16 de Abril de 1911, transcrito em O Mundo, Lisboa, 17.4.1911.

republicanos, constituíram assim uma das obsessões de todas as forças políticas da República.¹²³ Ora, esta necessidade de negociar e de transigir para obter a “unidade republicana” funcionava como a maior e mais efectiva limitação ao poder dentro da República.

Era esta fraqueza das autoridades dentro da República, sempre envolvidas em negociações e em transacções, sempre atentas aos humores da “rua”, o que mais irritava João Chagas. Em 1915, Chagas propôs, para remediar a situação, a imediata “republicanização do estado”, com o preenchimento dos lugares da administração por bons republicanos, e o aumento dos poderes da administração, à sombra da política de guerra. Qual era o objectivo de Chagas? Era constituir um “poder forte”, capaz de dispensar a intervenção dos “voluntários da república”, isto é, de justificar a desmobilização do movimento revolucionário.¹²⁴ Numa carta particular a Afonso Costa, do ano anterior, Chagas já sugeria este plano, descrevendo-o como o estabelecimento de um “despotismo” igual ao praticado pelos governos de guerra das potências aliadas, com censura à imprensa e proibição de manifestações de rua. O seu principal objectivo seria pôr fim à “anarquia”: “é preciso a ordem, tanta como a há a esta hora em França ou na Inglaterra, imposta pelo despotismo das circunstâncias e mantida despoticamente”.¹²⁵ A República ter-se-ia tornado assim um estado autoritário, deixando de ser um regime revolucionário. Teria sido a via burocrática para fora do impasse político. Os líderes da revolução do 14 de Maio de 1915 estiveram inicialmente inspirados por este plano de Chagas. Chagas, aliás, deveria ter sido o chefe do governo a sair do golpe.¹²⁶

9. A substituição do movimento revolucionário pelo exército.

A concepção da Primeira República como um regime revolucionário permite compreender melhor a crise política do regime na década de 1920. Geralmente, o golpe militar do 28 de Maio de 1926, que acabou por suspender a constituição de 1911, é atribuído às clivagens sociais e culturais geradas pelo programa do PRP ou à sua incompetência governativa, isto é, ao anti-clericalismo ou ao descalabro administrativo, traduzido no desequilíbrio orçamental. Mas os problemas da República não estavam em questões de governação. Em

¹²³ Por isso, depois do golpe de 28 de Maio de 1926, a liderança do PRP se queixou de que era atacada como monopolizadora do poder, quando precisamente passara o tempo a transigir e a fazer alianças com os outros republicanos. Ver João Camoesas, “Firmes” em O Rebate, Lisboa, 1.6.1926, p. 1.

¹²⁴ Ver A Última Crise, pp. 13 e 21.

¹²⁵ Chagas, carta a Afonso Costa, 1.11.1914, in Correspondência Literária e Política com João Chagas, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1958, vol. II, pp. 215-216.

¹²⁶ Ramos, A Segunda Fundação, p. 445.

pontos como a defesa do ultramar, a aliança inglesa, a ortodoxia financeira, e a preocupação com o desenvolvimento do país, a continuidade entre os governos liberais, o governo do PRP e o governo de Salazar é notável. Na década de 1920, foi o PRP quem pôs cobro à inflação causada pelo descontrolo das finanças durante a guerra. Foi o PRP quem começou a cortar as despesas, reduzindo serviços e funcionários, e aumentou os impostos. Foi também o PRP quem, em 1922, desarmou a GNR, a principal força armada revolucionária em Lisboa. Foi ainda o PRP quem abrandou a guerra religiosa na década de 1920, procurando um entendimento com os católicos: por exemplo, tentando liberalizar o ensino religioso em escolas privadas. E foi finalmente o PRP quem combateu violentamente os anarquistas na década de 1920, recorrendo aliás a um nível de repressão que incluiu aparentemente execuções extra-judiciais por esquadrões da morte policiais.

Para explicar este consenso governativo e porque não resultou dele um consenso político é preciso observar o seguinte. A elite governativa da Primeira República não era fundamentalmente diferente da elite da monarquia constitucional. Quando olhamos para a assembleia constituinte de 1911, constatamos que os republicanos, em relação aos liberais, se não eram a mesma gente, eram no entanto o mesmo tipo de gente.¹²⁷ Com a república, o poder em Portugal continuou entregue à minoria educada nas escolas superiores do país. O que distinguia os republicanos era o comprometimento com um projecto de transformação cultural súbito e total. Uma vez instalada no poder à boleia do movimento revolucionário urbano, a elite republicana previu e constatou a óbvia resistência ao projecto de revolução cultural. Aspirou mesmo a instalar-se como classe consensual de governo. Mas tinha um problema político: aquilo que lhes dava o direito de governar era a sua ligação ao movimento revolucionário – a legitimidade revolucionária. Ora, essa mesma legitimidade impedia-os de poder realizar a aspiração de governar consensualmente: é que, no dia em que renunciassem ao apoio do movimento revolucionário, renunciariam também ao seu mandato para governar, porque não havia outra legitimidade que pudessem invocar para exercer o poder.

O projecto revolucionário não dividiu só os republicanos dos que não eram republicanos, mas acabou também por alimentar a divisão entre os líderes do PRP, onde houve logo quem visse na política de confronto com a sociedade um erro que isolaria o regime. Portugal não se estava a transformar rapidamente nesta época: o crescimento do PNB, a mudança da estrutura da ocupação, a urbanização e a educação estavam a processar-se a ritmos lentos. O projecto de guerra cultural expressava sobretudo o voluntarismo do poder político.

¹²⁷ Entre 1851 e 1890, sob a monarquia, 91 % dos deputados tinham um curso superior e 49% provinham da Universidade de Coimbra. Em 1911, 90 % dos deputados republicanos tinham estudos superiores, e 36% tinham-nos feitos na Universidade de Coimbra. Ver Ramos, *A Segunda Fundação*, p. 417.

Só por si, isto consolidava a dependência dos governos em relação ao movimento revolucionário, e esta dependência era um facto de “instabilidade” no sentido em que a República estava sujeita aos actos arbitrários que podiam ser cometidos pelas organizações que reivindicassem a representação desse movimento revolucionário.

Percebe-se melhor o desespero dos dissidentes do PRP quando compreendemos a natureza da República como regime revolucionário: eles não estavam simplesmente a enfrentar um “partido dominante”, como tinha sido o partido de Fontes Pereira de Melo durante a monarquia constitucional. Na monarquia, esse partido poderia ser afastado pelo rei. O problema da Primeira República não era só o facto de o Presidente não poder desempenhar o papel do rei, enquanto as eleições, tal como sob a monarquia, não constituíam uma via para acesso ao poder, mas para confirmação do acesso ao poder. O problema é que os dissidentes republicanos tinham de afirmar o direito exclusivista dos republicanos ao governo (para impedirem esperanças monárquicas ou católicas), ao mesmo tempo que enfrentavam um partido que, com sucesso, se reclamava representante do movimento republicano, o qual reservava o direito de não respeitar a legalidade para manter o poder nas mãos dos verdadeiros republicanos.

A união dos dissidentes do PRP em 1923, no Partido Nacionalista, não produziu um grande partido alternativo ao PRP. A mudança constitucional de 1919 – com o reforço dos poderes do Presidente da República, de modo a fazer dele uma espécie de “rei da república”,¹²⁸ capaz de competir por via legal com o PRP, não deu resultado, como se viu em 1921 – devido à violenta reacção das bases do PRP. A questão acerca do reforço do poder presidencial, mais do que uma forma de obviar a qualquer instabilidade parlamentarista, consistia numa esperança de encontrar na Presidência da República um ponto de apoio alternativo ao PRP, como aliás aconteceu com Manuel de Arriaga (1911-1915), António José de Almeida (1919-1923) e mesmo Manuel Teixeira Gomes (1923-1925). Não foi por acaso que as grandes revoltas contra o PRP acontecem com as presidências de Bernardino Machado (1915-1917 e 1925-1926), precisamente por este não dar esperanças à oposição, na medida em que o seu “constitucionalismo” se traduzia na abdicação perante a dominação parlamentar do PRP. A defesa do papel interventivo do presidente, longe de ser uma fonte de autoritarismo como a tem classificado uma historiografia sempre apressada na sua ânsia de julgar e condenar o que imagina ser o autoritarismo da direita, era de facto o único meio pacífico de estabelecer o pluralismo político dentro da república, na medida que pudesse constituir dentro do estado um verdadeiro contrabalanço ao congresso,

¹²⁸ Como notou Manuel Brito Camacho em 1919, quando se iniciou o processo de revisão constitucional, “não demos ao nosso presidente as prerrogativas dum rei, mas desconfio que para lá caminhamos”. Ver o seu discurso em *Diário da Câmara dos Deputados*, 24.7.1919, p. 19.

geralmente controlado pelo PRP desde 1913.¹²⁹ Mas o projecto de alternância por via presidencial permitiu ao PRP, até 1917, resistir à mudança em nome do “regime parlamentar que a Constituição tácitamente adoptou” e o qual, em 1914, desejava ver “mais nitidamente caracterizado”.¹³⁰ A superstição em relação à letra da constituição escondeu assim o apego à *constituição não-escrita*, que consagrava o domínio do PRP. Quanto à tentativa de obter um mandato popular, através do sufrágio universal, como fez Sidónio Pais em 1918 (pelo decreto de 14 de Março), esbarrou na indiferença do PRP pelo voto das massas: o PRP não hesitou em abolir o sufrágio universal mal regressou ao poder em 1919 (por decreto de 1 de Março).

De facto, só violentamente foi possível tirar o PRP do poder. Por isso, os adversários do PRP procuraram aliados especialmente no exército. Como notou José Medeiros Ferreira, “é mesmo entre o escol dos pensadores republicanos que iremos encontrar os apelos mais sistemáticos à redenção do regime através de Governos de excepção apoiados pelo Exército”.¹³¹ Ora, as razões para esta tendência não estavam apenas na necessidade de uma força organizada para enfrentar na rua a reacção dos militantes do PRP. Havia ainda outra razão: é que o Exército, como corpo disciplinado e não-político, oferecia garantias de defesa do regime que poderiam dispensar a vigilância do movimento revolucionário. Foi o que explicou, em 1923, o oficial reformado Strecht de Vasconcelos no seu opúsculo A Salvação da República pela Intervenção Militar

¹²⁹ O direito de dissolução parlamentar atribuído ao Presidente da República foi sempre entendido, segundo explicou Álvaro de Castro, o líder da maioria parlamentar do PRP em 1919, como um meio de “produzir o necessário equilíbrio das forças políticas e para que nenhum partido fosse, por circunstâncias muito especiais, o senhor absoluto dentro da política nacional”. Essa mudança fôra finalmente aceite pelo PRP durante a resistência ao sidonismo, e expressa no manifesto de 7 de Agosto de 1918, elaborado pelo próprio Castro em conjunto com líderes dos outros partidos constitucionais. Ver Álvaro de Castro, discurso, em Diário da Câmara dos Deputados, 30.6.1919, p. 13.

¹³⁰ Ver Alberto Xavier, Atribuições do Presidente da República. Exposição jurídica e crítica dos preceitos do art. 47º da Constituição, elaborada para ser discutida no Congresso oridário do Partido Republicano Português, Lisboa, Papelaria e tipografia A Tentadora, 1914, p. 20. A resistência ao presidencialismo teve, depois de 1919, um campeão em Bernardino Machado que achou sempre o “engrandecimento presidencial semelhante ao engrandecimento real”, isto é, ao que ele considerava ter sido uma tendência para acentuar o papel político do rei nos últimos anos da monarquia. Bernardino notou que o “arbitrio presidencial” não vivia apenas das novas competências constitucionais outorgadas ao presidente depois de 1919, mas também do uso pelo presidente da ameaça da sua “renúncia” e do terror que esta geralmente incutia aos partidos parlamentares. Tanto António José de Almeida como Manuel Teixeira Gomes utilizaram este recurso para condicionar os partidos, tendo o último sido, finalmente, obrigado a consumir a ameaça (ver Bernardino Machado, “Renúncia presidencial e adiamento parlamentar” em A Tarde, Lisboa, 2.5.1925, p. 1).

¹³¹ José Medeiros Ferreira, O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 128.

Interna.¹³² Strecht de Vasconcelos aceitara a República em 1910, quando era colaborador do diário O Século. Os objectivos da sua “intervenção militar interna” nada tinham de reaccionário: apontavam antes para a instituição do exército como garante da constituição e da legalidade, o que significava obviamente que o exército passaria também a garantir o regime republicano. O exército comportar-se-ia como uma espécie de fiscal do regime, independente em relação a qualquer outro poder do estado e capaz de intervir contra qualquer poder do estado: trataria de “guardar e fazer guardar [a] Constituição [da República], e [mais] leis [do país]; e coagir à sua obediência seja quem for que se atreva a infringi-las, quer aos simples cidadãos, quer a todo e qualquer que, por mandato popular, seja detentor de uma parcela da sua soberania”.¹³³ Quando muito, Strecht de Vasconcelos admitia apenas a ligação do exército ao Presidente da República, mas um presidente eleito por “sufrágio universal e directo e não pelas artificiosas maiorias parlamentares”.¹³⁴ Tal projecto tinha um pressuposto e uma consequência da maior importância. O pressuposto, explicado por Strecht de Vasconcelos, era o da reorganização do exército como um corpo profissional disciplinado e independente. Strecht de Vasconcelos rejeitava a actividade política individual dos militares, especialmente quando comprometidos com partidos: apenas aceitava uma intervenção colectiva. A implicação não é esplanada com a mesma clareza por Strecht de Vasconcelos, mas não deixava de ser óbvia. Se o exército se tornasse a garantia do regime republicano, o movimento revolucionário republicano perderia a sua razão de ser. O regime deixaria de precisar da “guarda pretoriana”, formada pela Guarda Nacional Republicana, e ainda do “exército constituído pelos chamados defensores da república organizados em grupos de revolucionários civis, oficialmente reconhecidos, privilegiados e largamente estipendiados”.¹³⁵ Com a garantia do regime por um corpo armado independente, ninguém mais poderia, perante qualquer rotação no governo ou resultado eleitoral, clamar que a “República estava em perigo” e sentir legitimidade para um golpe de força.

Strecht de Vasconcelos não era uma voz isolada. As suas sugestões apareciam na esteira do debate, acendido dentro do campo republicano logo a seguir ao golpe radical de 19 de Outubro de 1921, acerca da possibilidade e do dever do exército em intervir para defender a ordem pública.¹³⁶ Aquilo que Strecht de

¹³² Strecht de Vasconcelos, A Salvação da República pela Intervenção Militar Interna, reeditado por José Pacheco Pereira em A Preparação Ideológica da Intervenção Militar de 28 de Maio de 1926, Porto, Afrontamento, 1978.

¹³³ Strecht de Vasconcelos, A Salvação da República, ed.cit., p. 32.

¹³⁴ Strecht de Vasconcelos, A Salvação, p. 35.

¹³⁵ Strecht de Vasconcelos, A Salvação, p. 34.

¹³⁶ Ver e.g. o texto, em manchete, “O Exército Português. O Dever Militar e a Política”, por um oficial republicano anónimo, em Diário de Lisboa, 15.11.1921, p. 1. Este texto deu origem a uma importante polémica, que o Diário de Lisboa publicou sempre em primeira página.

Vasconcelos propunha era, na prática, um Sidonismo sem Sidónio. Como lembrou o general Gomes da Costa em 1921, tinha sido Sidónio Pais quem, em 1918, reforçara o exército para livrar a República do sectarismo violento que a caracterizara desde 1910, isto é, para acabar com a “República republicana”, com o regime reservado para os militantes dos partidos republicanos,¹³⁷ o qual implicava o direito destes contestarem o direito de qualquer outro português que não fosse membro de um partido republicano a exercer um papel público.¹³⁸ Mas em 1919, segundo Gomes da Costa, a República desarmara o exército e criara uma guarda pretoriana, sob forma de uma Guarda Republicana reforçada e concentrada em Lisboa, com a qual o exército deixou de poder competir militarmente.¹³⁹ Esta guarda pretoriana não se distinguiu do movimento revolucionário. Confundiu-se mesmo com a multidão de “revolucionários civis”, em articulação com os quais actuou no 19 de Outubro. Ora, como sublinhava Gomes da Costa, a GNR era a negação do exército: “a tropa tem que ser disciplinada, não é para fazer revoluções”.¹⁴⁰

Este projecto não era, ao contrário do que acreditaram historiadores da década de 1970, característico da “direita monárquica”, ou simplesmente significativo para a pré-história do Estado Novo. Pelo contrário, o sidonismo criou um modelo que, nos seus elementos essenciais, todos os líderes republicanos procuraram adaptar depois de 1919:¹⁴¹ uma república que, garantida pelo exército, se sentisse suficientemente forte para ser apaziguadora para com os católicos, tolerante para com os “monárquicos”, permeável à influência das “forças vivas”, e renunciasse à “política” para fazer só “administração”.¹⁴² E tal como reconheciam os seus adversários, este não era um projecto de ruptura com a República, mas o projecto de sempre dos “velhos republicanos” que constituíam

¹³⁷ Ver e.g. “Sobre a eleição presidencial” em A Situação, Lisboa, 2.5.1918, p. 1.

¹³⁸ Ver o que se passou com António Sérgio em Janeiro de 1924, quando viu o seu direito a desempenhar um cargo de governo contestado em pleno parlamento (pelo deputado do PRP Pedro Sá Pereira) por constar que quatorze anos antes, em Outubro de 1910, se recusara a aderir imediatamente ao novo regime. Sérgio, desesperado, ainda proclamou em entrevistas que “eu sou ateu” (entrevista ao Diário de Lisboa, 24.1.1924, p. 5), mas não comoveu Sá Pereira. Teve de se demitir.

¹³⁹ Ramos, A Segunda Fundação, p. 532; Douglas Wheeler, Republican Portugal. A Political History, 1910-1926, The University of Wisconsin Press, 1978, pp. 184-186.

¹⁴⁰ Entrevista com o general Gomes da Costa em Diário de Lisboa, 29.10.1921, p. 5.

¹⁴¹ Só Bernardino Machado insistiu em denunciar essa continuidade entre o sidonismo e o restaurado regime de 1911, como fez em 1922: “a República Nova caíu, mas as sementes da aventura que espalhou, proliferaram. A confusão subsiste em muitos espíritos, alimentada ainda pelas transigências dos partidos republicanos para com o dezembrismo e seus fautores [...] Infelizmente nos últimos tempos, assinalando a nossa crise, também do seio dos republicanos se tem bradado: Nada de política! Administração!” (Depois de 21 de Maio, vol. I, pp. 208, 241).

¹⁴² Rui Ramos, Os Presidentes da República Portuguesa, Lisboa, Edições Philae, 1999, pp. 35-39.

a “direita” do regime desde 1911.¹⁴³ A partir do golpe radical de 19 de Outubro de 1921, as mais importantes forças políticas confiaram no exército, convenientemente saneado de “monárquicos” em 1919, para lhes garantir um predomínio que dispensasse uma acção revolucionária civil que, neste momento, já nenhum dos partidos parlamentares – nem mesmo o PRP – parecia controlar. Francisco Cunha Leal, um dos mais notórios dos líderes da direita, acusou sempre os próprios líderes do PRP de terem sido eles a desequilibrar a correlação de forças a favor do exército depois de 1921: segundo Cunha Leal, António Maria da Silva, o último líder do PRP, fora “o progenitor da prevalência do exército na vida da República”.¹⁴⁴ Mas todos cultivaram o exército nos meados da década de 1920: os líderes do PRP, o Presidente da República Manuel Teixeira Gomes, os líderes do Partido Nacionalista, a Esquerda Democrática... Veja-se o caso de Cunha Leal. Em Janeiro de 1924, Cunha Leal anunciou que se recusaria a regressar ao poder através dos meios usuais: o “movimento exclusivo de espadas” ou o “golpe constitucional”. Queria chegar ao governo através de um “grande movimento de opinião pública” à volta de uma “ideologia política”. Mas a esperança de Cunha Leal consistia em “que [esse movimento de opinião] impulsionando o exército, o ponha, sem necessidade de conspirações, à disposição de uma nação consciente dos seus destinos”. Ou seja, o movimento da opinião pública projectado por Cunha Leal funcionava como uma espécie de conspiração de massas, às claras, visando criar um ambiente em que o exército se lhe pusesse à “disposição”.¹⁴⁵

O que estava por detrás dessa estratégia, segundo Bernardino Machado, era o divórcio entre os líderes dos partidos, incluindo os do PRP, e o movimento revolucionário. Para Bernardino, o 19 de Outubro expressara a revolta das bases republicanas abandonadas por lideranças partidárias que se haviam tornado autocráticas, não reunindo congressos nem fazendo comícios, tudo apostando no estabelecimento de um “rotativismo” republicano, fundado sobre um eleitorado reduzido, quase todo controlado pelo estado.¹⁴⁶ Ora, perante este projecto que unia quer os chefes da esquerda quer os da direita republicanas numa conspiração institucional contra o movimento republicano, “a democracia portuguesa tinha de reagir”, combatendo a “autocracia partidária”.¹⁴⁷

¹⁴³ Ver e.g. “O Regresso do Sidonismo” em *O Rebate*, Lisboa, 30.3.1926, p. 1: o sidonismo, que segundo este órgão do PRP agora dominava a direita republicana, nunca passara senão da “ampliação, grosseiramente deturpada, da romântica concepção de António José de Almeida, definida pela expressão da *política de atracção*”.

¹⁴⁴ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Lisboa, Edição do Autor, vol. II, p. 444.

¹⁴⁵ Cunha Leal, entrevista ao *Diário de Lisboa*, 26.1.1924, p. 4.

¹⁴⁶ *Depois de 21 de Maio*, vol. I, pp. 156, 225-239.

¹⁴⁷ *Depois de 21 de Maio*, vol. I, pp. 128, 144-145. Note-se que o governo de António Granjo, derrubado no 19 de Outubro, era visto como estando em conluio com a liderança do PRP, encabeçada por António Maria da Silva. Entre Granjo e Silva haveria um acordo para

De facto, havia algo de mais complexo. A transformação imposta ao PRP pela liderança de António Maria da Silva é complexa, na medida em que o partido se quis identificar com a ordem estabelecida, sem ao mesmo tempo renunciar à herança revolucionária. O PRP afirmou-se então como um partido do centro, legalista, renunciando às “revoluções” que, segundo o PRP, andavam a ser tramadas pela direita, pela esquerda e pelos monárquicos.¹⁴⁸ Mas o PRP, nesta renúncia ao revolucionarismo, distinguia entre a “revolução” como remodelação da ordem social – e a “revolução” como desordem em “regime legal”. O PRP dizia-se representante do primeiro tipo de revolução, e atribuía a segunda aos “extremistas”, quer da direita, quer da esquerda.¹⁴⁹ Mas mesmo a revolução enquanto “remodelação social” era qualificada pela liderança do PRP. Não se tratava de uma remodelação súbita, a “imposição violenta do critério de uma minoria desvairada”, como queria a “mística revolucionária”, “rousseauista”, mas o resultado prudente e responsável de um “experimentalismo político”, gradualista.¹⁵⁰ Na prática, a liderança de António Maria da Silva recuperava o velho “oportunismo” que caracterizara os republicanos franceses na década de 1880 e também inspirara os liberais portugueses: uma política fundamentalmente radical, mas executada com prudência e gradualmente. Em 1924, aliás, António Maria da Silva e Domingos Pereira já haviam exposto “a teoria de que a República não tem que ser agora nem radical nem conservadora, mas oportunista, visto que o radicalismo não está nos rótulos, mas na fórmula sensata de agir, não lhes parecendo portanto nem razoável nem político mexer na questão religiosa ou levantar atritos internacionais” [sublinhado meu].¹⁵¹ Note-se que José Domingues dos Santos e a ala esquerdista do PRP defendiam então o regresso à “lei da separação na sua pureza inicial” e uma política de pescas unicamente destinada a confrontar a Espanha. De facto, o que António Maria da Silva conseguiu com a sua política “oportunista” foi dividir o PRP, onde havia quem, na ala esquerda, estivesse disponível para reencontrar no socialismo radical o ímpeto revolucionário que tinha sido perdido noutras áreas.¹⁵² O resultado foi, em 1925, a cisão do PRP, do qual saiu a Esquerda Democrática.

estabelecer um rotativismo republicano (ver e.g. “O Diário de Lisboa faz algumas revelações políticas” em Diário de Lisboa, 21.10.1921, p. 5). A recusa do “rotativismo”, como existira entre 1901 e 1905, era um dos refrãos de todos os líderes republicanos desde o início do regime (ver e.g. Manuel Brito Camacho, “União Republicana” em A Lucta, Lisboa, 14.3.1912, p. 1).

¹⁴⁸ Ver “A desvairada truculência” em O Rebate, Lisboa, 26.5.1926, p. 1.

¹⁴⁹ “Revoluções e revolucionários” em O Rebate, 12.3.1926, p. 1.

¹⁵⁰ Ver a entrevista com João Camoesas, membro do Directório do PRP, em Diário de Lisboa, 5.11.1921, p. 5.

¹⁵¹ “Da reunião do Lourçal [...]” em Diário de Lisboa, 26.8.1924, p. 8.

¹⁵² Veja-se, por exemplo, a entrevista do deputado Sá Pereira em Diário de Lisboa, 2.7.1924, p. 8. Sá Pereira propunha a nacionalização das indústrias mais importantes (moagem, têxteis), do negócio dos câmbios e das terras supostamente incultas, a obrigação de regresso dos investimentos portugueses no estrangeiro sob pena de expulsar do país os seus

O golpe de 28 de Maio de 1926 foi a conjunção de uma série de conspirações encabeçadas por uma esquerda e por uma direita republicanas que queriam substituir o PRP de António Maria da Silva por um governo fundado na força armada, única forma de dispensar, ao mesmo tempo, o envolvimento do movimento republicano e a necessidade de negociações parlamentares, dois tabuleiros nos quais o PRP tivera sempre vantagem. Enfrentaram então uma liderança do PRP que também estava decidida a mudar, interessada em redefinir o partido como um “partido charneira”, árbitro de combinações parlamentares, embora sem renunciar à prerrogativa de partido fundador e zelador principal do regime. O significado do 28 de Maio não foi a queda da República, nem o do projecto da “democracia liberal”, mas a substituição do movimento revolucionário pelo exército como garante do regime, isto é, o fim da Primeira República como regime revolucionário. Mas não deu imediatamente à República um projecto diferente do da democracia liberal. Pelo contrário: muitos defensores da Ditadura Militar justificaram-se como a via necessária para instaurar um verdadeiro regime de liberdade no âmbito de um estado de direito, precisamente através da eliminação do movimento revolucionário que até aí impedira essa solução.¹⁵³ O Estado Novo resultou das lutas políticas que se atearam sob a Ditadura Militar, mas não estava geneticamente inscrito no seu princípio.

Conclusões

O problema político da Primeira República colocado desta maneira permite ultrapassar certos impasses analíticos, como aqueles que derivaram da tendência para atribuir os problemas da república à simples perversão dos seus líderes, ao grau de violência com que os seus apoiantes a defendiam, ou às suas proposta de laicização. Os líderes políticos de um regime constitucional também podem, ocasionalmente, ser perversos, decidir defender o regime vigorosamente, ou propôr-se efectuar grandes transformações. Não podemos distinguir entre um regime revolucionário e um regime constitucional simplesmente por uma diferença de grau ou de nível de actividade: se há distinção entre esses regimes, tem de ser *fundamental*. De facto, é possível admitir a hipótese de que um regime revolucionário, no sentido que damos aqui ao

titulares, a fixação de um salário mínimo, impostos proporcionais ao rendimento, e uma espécie de autarquia económica (“não importar coisa alguma” e a “proibição da saída de tudo o que seja necessário à vida do povo”). Tal programa implicava talvez um avanço no sentido do autoritarismo estatal. No entanto, na época, muitos dos que, na área da esquerda governamental, advogavam essas soluções não as viam como necessariamente contraditórias com a democracia liberal.

¹⁵³ Ramos, “O Fim da República” em *Análise Social*, no 153, 2000, pp. 1066-1067.

termo, se possa revelar pacífico e complacente, sem por isso deixar de ser revolucionário (bastava que ninguém resistisse); e também que um regime revolucionário seja menos eficiente na legislação de mudanças do que um poder legalista.

1. O regime republicano era um regime revolucionário, entendendo-se por tal a dependência do poder em relação, não a um quadro legal, mas a um movimento revolucionário que se comportava como o factor de **um golpe de estado permanente**. Esta situação traduzia-se num regime dominado por um partido fundador, em que a ideia de alternância no poder era problemática, em que o princípio da ordem jurídica estava comprometido, e em que a legitimidade revolucionária dispensava a legitimidade democrática, no sentido do consentimento da maioria da população qualificada, obtido através de mecanismos que assegurassem uma manifestação de vontade popular isenta de coerção directa. A República era um regime revolucionário que, não negando alguns dos princípios fundadores da monarquia liberal (nomeadamente, a rejeição da tradição da monarquia absoluta católica), negava o tipo de vida política desenvolvida neste estado e tendencialmente minava as garantias legais dos direitos e o pluralismo político.

2. O revolucionarismo da República impediu a transição para uma forma daquele tipo de democracia liberal corrente na Europa ocidental do pós-guerra. Impediu-a também de oferecer, na continuação do *modus vivendi* político estabelecido dentro da monarquia constitucional, um quadro para o alinhamento dos líderes e grupos políticos dispostos a coabitar dentro de um estado constitucional-pluralista, empurrando uma parte deles – à esquerda e à direita – para a conspiração contra o partido dominante. Não excluo que a república se pudesse liberalizar: isto é, que o partido dominante pudesse vir a aceitar o convívio e a alternância, precisamente através da atenuação do seu programa revolucionário. Muitos sinais indicam que houve essa tendência no PRP durante a década de 1920, especialmente à volta da liderança de António Maria da Silva. Não é impossível que António Maria da Silva se tivesse convertido no Lerroux português. Mas ainda não se tinha lá chegado – e nem todos os republicanos iam nessa direcção, como se viu na cisão protagonizada pela ala esquerda do PRP (a “Esquerda Democrática”) em 1925.

3. **Não sendo uma democracia liberal, a Primeira República foi poupada à crise típica dos sistemas liberais no período de entre-guerras:** a dificuldade institucional e política para reagir ao ataque directo por uma força anti-liberal, mas assente na mobilização popular e eleitoral. A democracia liberal, como notou Michael Oakeshott, tinha-se preparado para resistir à “monarquia absoluta”, isto é, ao abuso do poder pelos governantes, mas não aos movimentos de massas que podiam alcançar a maioria na assembleia legis-

lativa.¹⁵⁴ Na Primeira República portuguesa, não havia, para fascistas e comunistas, o sistema eleitoral e o sistema legalista de que eles puderam abusar para constituir movimentos de massas capazes de influenciar ou conquistar o poder como na Itália ou na Alemanha. O sistema eleitoral da Primeira República dificultava a eleição de candidatos não-oficiais, e o princípio de defesa da república impedia a entrada de forças não-republicanas na área do poder. A Primeira República não era um terreno favorável à ascensão de novos partidos extremistas da direita e da esquerda, capazes de se afirmarem nas eleições e nas ruas e de, em consequência, polarizarem coligações de governo. A hegemonia do PRP só pôde ser liquidada pelo exército. E por isso mesmo, os extremistas de direita,¹⁵⁵ independentemente do papel que desempenharam nos golpes de 1926, nunca conseguiram predominar, nem na Ditadura Militar, nem, como força organizada e independente do estado, no Estado Novo.¹⁵⁶ De uma certa maneira, **podemos concluir que se é verdade que a Primeira República adiou a democracia em Portugal, também é verdade que não criou condições para o sucesso do fascismo.**

¹⁵⁴ Michael Oakeshott, Social and Political Doctrines of Contemporary Europe, Londres, Basic Books, 1940, p. 4.

¹⁵⁵ Note-se que a direita extremista, ajudada pelo horror mais ou menos geral suscitado pelo bolchevismo na Rússia, constituiu a ameaça mais efectiva às democracias liberais a ocidente da Rússia no pós-guerra.

¹⁵⁶ Ver o que digo na recensão ao livro de António Costa Pinto, The Blue Shirts. Portuguese Fascists and the New State (New York, SSM, 2000) in Luso Brazilian Review, vol. 38, no. 2, 2001, pp. 143-144.